



CPFL ENERGIA S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2002

MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2002 representou um marco para as empresas do Grupo CPFL. O lançamento da *holding* CPFL Energia, pela expressividade dos ativos envolvidos, consolidou um dos mais exemplares processos de reorganização societária realizados na história do setor elétrico brasileiro.

A CPFL Energia é o resultado da visão de longo prazo, do compromisso e da confiança dos seus controladores no crescimento e no futuro do Brasil. Seguindo diretrizes e estratégias empresariais claras e consistentes, a CPFL Energia foi criada para perseguir os seguintes objetivos:

- Ampliar a capacidade de geração própria de energia para atender prioritariamente as necessidades do mercado atendido por suas distribuidoras;
- Buscar sinergias entre as suas empresas, assegurando ganhos de escala e de eficiência;
- Compartilhar as melhores práticas de planejamento, gestão e operação existentes nas empresas;
- Desenvolver estratégias de gerenciamento de risco inerentes aos negócios de suas empresas;
- Prospectar oportunidades de negócios e serviços no mercado de energia e junto aos consumidores livres.

A CPFL Energia nasceu em um ano difícil. Época de instabilidade na economia e de incertezas na política. No cenário econômico, as expectativas de guerra no Oriente Médio afetaram significativamente o sistema financeiro, aumentando as taxas de juros, desvalorizando o câmbio e provocando uma retração das linhas de financiamento de longo prazo. Em nosso País, 2002 foi um ano repleto das incertezas típicas de um período eleitoral, com preocupações sobre possíveis mudanças regulatórias, decorrentes de mudança de governo, ao mesmo tempo em que algumas empresas do setor elétrico, como é o caso da Companhia Paulista de Força e Luz, assimilavam as conseqüências da maior queda de consumo de energia de sua história.

Apesar desse cenário de dificuldades, os controladores da CPFL Energia -- a *VBC Energia S.A.*, formada pelo grupos Votorantim, Camargo Corrêa e pela Bradespar, a *521 Participações S.A.*, que representa a Previ e a *Bonaire Participações S.A.*, que representa os fundos de pensão Fundação Cesp, Petros, Sistel e Sabesprev -- formaram o maior grupo empresarial do setor elétrico brasileiro, com controle 100% nacional, demonstrando confiança no crescimento do País e oferecendo, com isso, uma resposta concreta à crise de energia que levou o Brasil ao racionamento nos anos de 2001 e 2002.

Na área de distribuição de energia, apesar dos impactos decorrentes do programa de racionamento de energia elétrica, que afetou diretamente suas distribuidoras que atuam no Estado de São Paulo (Companhia Paulista de Força e Luz e



Companhia Piratininga de Força e Luz), e, indiretamente, sua distribuidora do Estado do Rio Grande do Sul (Rio Grande Energia), a CPFL Energia vem obtendo resultados excepcionais em relação à qualidade dos serviços prestados aos seus 5,1 milhões de clientes, distribuídos em 515 municípios e que compõem os mais atrativos e exigentes mercados de energia elétrica do Brasil.

Em sintonia com as regras de desverticalização setorial, estabelecidas pela legislação, foi criada a CPFL Comercializadora Brasil Ltda., que, a partir de novembro de 2002, passou a ser responsável pela compra e venda de energia das empresas do Grupo, contribuindo assim para diminuir os riscos desse negócio para as suas distribuidoras.

Na área de geração, a CPFL Geração de Energia S.A vem atuando de forma a ampliar rapidamente a sua capacidade própria de geração de energia elétrica e a oferta de energia para o País. Essa estratégia alcançou os seus primeiros resultados já em 2002. Com apenas dois anos de atuação, através da repotenciação de suas Pequenas Centrais Hidrelétricas e da aquisição de 51% de participação na Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, a CPFL Geração aumentou sua capacidade produtiva de 143 MW, em 2000, para 812 MW em 2002, num salto de 467%.

Continuando nessa direção, a CPFL Geração iniciou, em parceria com outros investidores, a construção de grandes empreendimentos hidrelétricos nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que, no total, ampliará a capacidade de geração do Brasil em 2.785 MW, compreendendo a construção de seis novas usinas hidrelétricas.

Atualmente, os empreendimentos dos quais a CPFL Geração participa representam 28,5% de toda a oferta adicional de energia elétrica que será disponibilizada pelos aproveitamentos hidrelétricos em construção no Brasil, nos próximos cinco anos.

Esses empreendimentos, que envolvem investimento total superior a R\$ 4,5 bilhões, dos quais a CPFL Geração de Energia participa com R\$ 2,2 bilhões, já absorveram quase R\$ 1 bilhão. Aqui, a empresa e seus parceiros já anteciparam praticamente todo o aporte de capital próprio – *equity*, que deveria ser realizado ao longo dos 60 meses de construção das usinas, à espera dos financiamentos, cuja viabilização foi dificultada pela crise do mercado financeiro, no final do ano passado.

O atraso na obtenção desses financiamentos, bem como a liquidação financeira parcial e tardia das vendas das empresas da CPFL Energia no MAE - Mercado Atacadista de Energia, refletiram-se na necessidade de tomada de recursos de curto prazo, com impactos na elevação das despesas financeiras. A volatilidade cambial e a obrigatoriedade da aquisição da energia de Itaipu contribuíram também para o crescimento dessas despesas. Apesar dessas dificuldades, deve ser destacado o fato da empresa ter, no final do ano passado, amortizado integralmente, com recursos próprios, a dívida externa da CPFL Piratininga, no valor de 170 milhões de dólares, cujos efeitos positivos, com certeza, serão sentidos em 2003.

Com o objetivo de preparar a futura abertura do seu capital, a CPFL Energia, desde a sua criação, também vem atuando no sentido de adaptar-se às diretrizes do Novo Mercado Bovespa, incorporando práticas avançadas de Governança Corporativa. Esse processo, que alinha os procedimentos das empresas do Grupo às novas



tendências internacionais, está sendo realizado também de acordo com a legislação americana, regida pelo Sarbanes-Oxley Act.

Em 2002, a CPFL Energia intensificou o processo de mudança cultural interna, com o objetivo de incorporar a ética e os princípios contemporâneos relacionados à Responsabilidade e à Sustentabilidade Corporativa em todos os seus processos de planejamento e de gestão empresarial. Iniciado em 2001, esse esforço vem colhendo prêmios e reconhecimentos, com a conquista, pela CPFL Paulista, do Prêmio de melhor empresa distribuidora de energia do Brasil em Responsabilidade Social, em 2002, concedido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE. Nesse ano, a CPFL Paulista também foi incluída no Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa, fazendo parte das 10 melhores empresas brasileiras em responsabilidade social.

No final de 2002, a CPFL Paulista, a CPFL Piratininga e a CPFL Geração obtiveram a certificação segundo a norma internacional SA 8000:2001, de Gestão de Responsabilidade Social. Com essa certificação, a CPFL Paulista concluiu o processo de certificação internacional de todo o Sistema de Gestão Integrado, conforme os padrões normativos de Gestão da Qualidade (ISO 9001:2000), Gestão do Meio Ambiente (ISO 14001:1996) e Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho (OHSAS 18001:1999).

Essas conquistas permitiram que a CPFL Paulista se transformasse na primeira empresa distribuidora de energia elétrica do mundo a possuir essas quatro certificações.

Finalmente, a CPFL Energia mantém inabalável sua confiança na capacidade do País de conciliar as demandas de todos os agentes envolvidos com a busca de soluções para os problemas vividos hoje pelo setor elétrico brasileiro. Nessa direção, a CPFL Energia está pronta para contribuir com alternativas que assegurem a melhoria da qualidade dos serviços de distribuição, o aumento da universalização do atendimento e a expansão sustentada da geração de energia, avanços tão necessários ao crescimento de nosso País.

Com isso, a CPFL Energia reafirma o seu compromisso com o futuro do Brasil.

Wilson Ferreira Jr., Diretor Presidente

1. HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 05 de novembro de 1997 foi realizado na BOVESPA o leilão de desestatização da CPFL Paulista. O processo de desestatização deu-se por meio da alienação, em lote único, de 57,60% das suas ações ordinárias, representativas de 41,06% do capital social total. O grupo vencedor do leilão, consórcio formado pela VBC Energia S.A. ("VBC"), 521 Participações S.A. e Bonaire Participações S.A., passou a deter 66,98 % do capital votante e 47,84 % do capital total da CPFL Paulista.

Com o propósito de consolidar sua posição no setor elétrico nacional, a CPFL Paulista através de sua controlada Draft I Participações S/A ("Draft I"), em consórcio com a Energia Paulista Ltda. – ENERPAULO (empresa controlada pela Eletricidade de Portugal – EDP), adquiriu em setembro de 1998, o controle acionário da Empresa Bandeirante de Energia – EBE ("EBE"), cuja participação da



CPFL Paulista correspondia a 32,94% do capital votante e 13,11% de seu capital total.

Em 19 de novembro de 1999, foi realizada Oferta Pública de Venda e Compra de Ações de emissão da CPFL Paulista, realizada na BOVESPA, por conta e ordem da Companhia Energética de São Paulo – CESP e do grupo de controle da CPFL Paulista. Após essa aquisição, os acionistas controladores passaram a deter 91,89% do capital votante e 90,38% do capital total da CPFL Paulista.

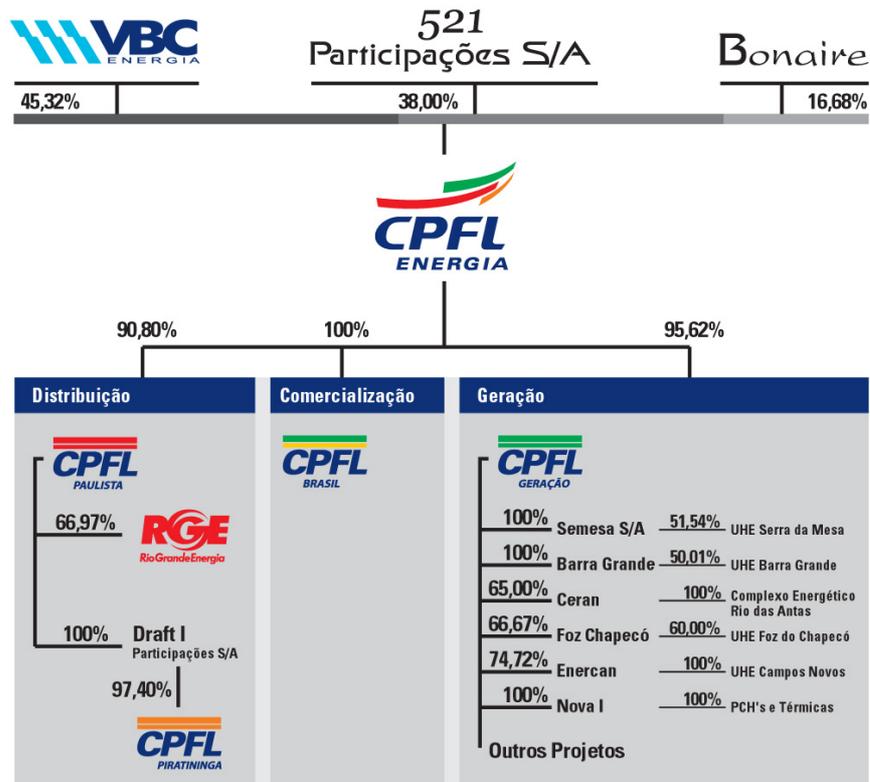
Em setembro de 2000, em atendimento aos contratos de concessão, os acionistas da CPFL Paulista deliberaram a separação de suas atividades de geração e distribuição de energia elétrica, que passaram a ser desenvolvidas por sociedades distintas. Assim, o objeto social da CPFL Paulista passou a ser primordialmente a prestação de serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica. A parcela cindida, correspondente à atividade de geração de energia elétrica, foi incorporada pela CPFL Geração, cujas ações foram distribuídas aos acionistas da CPFL Paulista, na proporção de suas participações na mesma. À época da cisão, a CPFL Energia (atual denominação da Draft II Participações S.A.) detinha 21,20% da CPFL Paulista e 21,20% da CPFL Geração.

Em dezembro de 2001, a VBC capitalizou parcialmente a participação por ela detida na Semesa S.A., na CPFL Geração. Em agosto de 2002, quando da conclusão da reestruturação da Companhia, praticamente todos os ativos que os acionistas da CPFL Energia detinham na CPFL Paulista e na CPFL Geração foram, por meio de aumento do capital, incorporados na Draft II, sendo alterada sua razão social para CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”). Nesta mesma data também houve a criação da CPFL Brasil.

Em 01 de janeiro de 2003, a CPFL Geração transferiu suas 19 PCH´s e 01 térmica, bem como ativos e passivos relacionados à atividade de geração de energia elétrica, para a sua controlada Nova I Participações S.A. (“Nova I”), operação que foi devidamente aprovada pela Resolução ANEEL nº 782, de 23 de dezembro de 2002.



Segue a estrutura societária da holding CPFL Energia e suas controladas, em 31/12/2002:



2. A ATUAÇÃO DA CPFL ENERGIA

Por ser uma holding de controle, as receitas da CPFL Energia são provenientes dos resultados de seus investimentos, bem como de aplicações financeiras. Maior grupo privado do setor elétrico brasileiro com capital totalmente nacional, a CPFL Energia foi responsável por 12,1% de toda a energia elétrica distribuída no Brasil em 2002. Seus serviços na área de distribuição alcançam uma população de 15 milhões de pessoas representadas por 5,1 milhões de unidades consumidoras e localizadas em 515 municípios dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

A **Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista)**, concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, foi constituída em 16 de novembro de 1912, a partir da fusão de quatro pequenas sociedades prestadoras de serviços de energia elétrica que atuavam no interior paulista. A área de concessão da empresa é de 90,4 mil km², compreendendo 234 cidades com população de 8,2 milhões de habitantes, o que representa 3 milhões de clientes. Em 2002, a CPFL Paulista distribuiu 18.185 GWh de energia elétrica, com a obtenção de R\$ 2,951 bilhões em receita operacional líquida.

Presente no interior paulista e na Baixada Santista, a **Companhia Piratininga de Força e Luz (CPFL Piratininga)** atua em uma área de concessão de 6,8 mil km², território que abrange 27 municípios, com população de 3 milhões de habitantes e 1,2 milhão de clientes. Em 2002, a empresa distribuiu 9.978 GWh e sua receita operacional líquida alcançou a marca de R\$ 1,471 bilhão.

A **Rio Grande Energia S.A (RGE)** atua nas regiões Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul em uma área de 90 mil km² formada por 254 municípios. Com uma população atendida de 3,3 milhões de habitantes, em um mercado de 1 milhão de clientes, a RGE completou 2002 consolidando um volume de 5.887 GWh

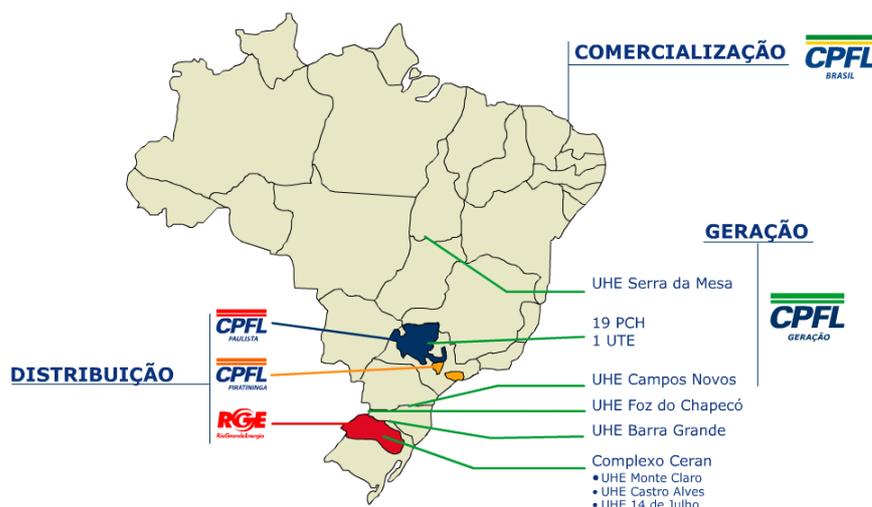


distribuídos, desempenho 2,1% superior ao total de energia distribuído no exercício anterior. Sua receita operacional líquida no ano que passou foi de R\$ 909,9 milhões , 13,01% superior ao resultado de 2001, registrado em R\$ 805,2 milhões.

A **CPFL Geração de Energia S.A (CPFL Geração)** foi criada para atender a exigência de separação das atividades de geração e de distribuição de energia elétrica, imposta pelo contrato de concessão da CPFL Paulista. Em 29 de setembro de 2000, o processo de desverticalização e reestruturação societária foi concluído, resultando na cisão do patrimônio da CPFL Paulista e na criação da CPFL Geração. Com capacidade instalada de 812 MW em 2002, a CPFL Geração pretende chegar a 2.892 MW em 2007, com a construção de novas usinas e a repotenciação de suas Pequenas Centrais Hidrelétricas.

Instituída em setembro de 2002, a **CPFL Comercialização Brasil Ltda. (CPFL Brasil)** foi criada com o objetivo de promover a comercialização da energia elétrica gerada pela CPFL Geração, aumentando a sinergia e ganhos operacionais das empresas da CPFL Energia.

Apresentamos a seguir as áreas de atuação das controladas da companhia, incluindo os projetos em desenvolvimento:



3. CENÁRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As incertezas quanto aos cenários internos e externos tiveram forte impacto na confiança dos mercados, provocando a deterioração dos ativos internos e, conseqüentemente, expressiva volatilidade do câmbio que resultou em desvalorização acumulada do real frente à moeda norte americana de 52,3%, encerrando o ano de 2002 cotada a R\$ 3,53/US\$.

Como conseqüência dos efeitos da desvalorização, a inflação, baseada no IPCA, ultrapassou largamente a meta estabelecida pelo Banco Central do Brasil de 5,5 %, atingindo a variação de 12,5% no ano.

Apesar de ter reduzido a taxa de juros meta do SELIC ao patamar mínimo de 18% ao ano em julho, o Banco Central do Brasil, em resposta à alta da inflação, decidiu elevar novamente a taxa mencionada a partir de outubro, chegando a 25% aa.

O encarecimento do crédito, provocado pela elevação dos juros, afetou de forma significativa o nível de consumo, com reflexos nos investimentos, comprometendo



assim fortemente o PIB que, pelo segundo ano consecutivo, teve crescimento próximo a 1,5%.

Uma combinação de fatores ocorridos nos últimos anos provocou a recente crise energética no Brasil que culminou com o racionamento de energia, cujo efeito foi uma acentuada retração na demanda e conseqüente redução nas receitas do Grupo. Embora os impactos tenham sido relevantes em 2002, há expectativa de que a demanda retorne aos níveis de consumo verificados no período anterior ao racionamento.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO

A crise no fornecimento de energia elétrica vivida em 2001 motivou a instituição da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE), responsável pela administração da crise e do racionamento e pela implementação de medidas de revitalização do setor elétrico brasileiro. Um de seus objetivos foi buscar o aperfeiçoamento do modelo energético com observância de três princípios: competição na geração e na comercialização, expansão do setor com investimentos privados e qualidade na prestação dos serviços.

Em fevereiro de 2002, a MP 29, posteriormente convertida na Lei n.º 10.433, de 24 de abril de 2002, determinou o fim do MAE como um mercado auto-regulado pelos agentes do setor elétrico e determinou sua transformação em pessoa jurídica de direito privado, submetida à autorização, regulamentação e fiscalização da Aneel, com a finalidade de viabilizar as transações de compra e venda de energia elétrica.

A seguir, a Resolução Aneel n.º 73 estabeleceu as normas para a transição do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), da condição de mercado auto-regulado para a de mercado regulado, até a aprovação de sua Convenção, o que ocorreu em 1º de março de 2002, com a edição da Resolução Aneel n.º 102.

A Convenção substituiu o "Acordo de Mercado", que até então regulava as relações dos agentes no âmbito do MAE. Suas regras são mais transparentes, sobretudo no que se refere às garantias a serem oferecidas pelos participantes, à solução de controvérsias, à alocação de custos e às normas de negociação. O MAE é administrado por uma superintendência, que substituiu a ASMAE em março de 2002.

Em 07 de junho de 2002, o governo federal publicou o Decreto n.º 4.261, pelo qual atribuiu competência ao Ministério de Minas e Energia (MME) para zelar pelo equilíbrio conjuntural e estrutural entre a oferta e a demanda de energia elétrica no País. Em 13 de dezembro do mesmo ano, o Diário Oficial da União publicou o Decreto n.º 4.505, que estendeu a ação do CNPE a todo setor energético, com a criação da Câmara de Gestão do Setor Energético – CGSE.

A CGSE deve, entre outras atribuições, propor ao CNPE diretrizes para elaboração da política energética nacional, promover a integração da política do setor com as políticas setoriais e gerais do governo, bem como concluir estudos e trabalhos em andamento iniciados no âmbito da GCE. Entre suas missões está a de propor ao MME os limites de investimentos do setor energético federal, além de medidas destinadas a preservar, em qualquer condição de oferta de energia, os níveis de crescimento, emprego e renda.



5. GERENCIAMENTO DE RISCOS

CONSIDERAÇÕES SOBRE RISCOS

Os negócios da CPFL Energia e de suas controladas compreendem principalmente o fornecimento de energia a consumidores finais, sendo concessionárias de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela Aneel. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como seguem:

Risco de Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a empresa e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos das exposições em moeda estrangeira. A empresa e suas controladas se protegeram deste risco mediante a contratação de operações de "hedge"/"swap" para que as dívidas estejam indexadas à variação de índices nacionais, como segue:

Floating Rate Notes

Do total da dívida financeira da empresa atrelada à variação do dólar norte-americano, no valor total de R\$ 1.287.838, efetuaram-se as seguintes operações:

A exposição relativa a emissão de *Floating Rate Notes*, no montante de R\$ 1.064.029, foi coberta através de operações financeiras de swap, o que proporcionou à empresa trocar os riscos originais da operação (variação cambial + *Libor* + 2,95% a.a.) para o custo de 94,38% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Nos contratos de "swap", de forma a não comprometer o limite de crédito da empresa com o Banco intermediador, foi instituída uma cláusula de "reset". Através desse instrumento, as operações de swap são liquidadas integralmente quando as posições líquidas, trazidas a valor presente, ultrapassam um determinado percentual, estabelecido no contrato.

O resultado desse procedimento pode afetar o fluxo de caixa da empresa, gerando ou requerendo recursos para cobertura das liquidações das posições de swap, nos momentos em que ocorre o reset.

Dívidas Vencíveis em 2003

Em novembro de 2002, a empresa efetuou a operação financeira "NDF" (Forward), na qual foi possível prefixar o valor para os compromissos atrelados ao dólar norte-americano, com previsão de pagamento para março de 2003. Em 31 de dezembro de 2002, esta operação financeira totalizava aproximadamente R\$ 82.000 mil. Ressaltamos que para a contratação de "hedge" para 2003, consideramos o ativo em moeda estrangeira existente em seu balanço, referentes ao contrato da CRC Cesp.

A empresa possui também, em suas atividades operacionais, exposição com variação cambial na compra de energia elétrica adquirida de Itaipu. O mecanismo de compensação – CVA protege a empresa de eventuais perdas.



Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a empresa e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no exterior. A empresa e suas controladas têm pactuado contratos de derivativos para fazer "*hedge*" contra esse risco (vide swap relacionado a *Floating Rate Notes* comentado acima).

Utilização de praticas avançadas de Riscos

A CPFL, como empresa não financeira, é uma das companhias brasileiras pioneiras na implantação de um processo de Gestão de Riscos Financeiros. Este processo é estruturado nas atividades de mapeamento das exposições, mensuração e cálculo dos valores em riscos, avaliação e monitoramento das exposições e níveis de coberturas, e Testes de Stress. Para efeito de cálculo de risco é necessário inicialmente trazer os fluxos futuros dos ativos e passivos financeiros ao valor de mercado atual pela curvas de riscos dos juros, dólar, cupom cambial, cupom de IGP-M e curvas de *Libor*. Após trazer essas exposições a Valor de Mercado, são calculadas as volatilidades e correlações das operações presentes na carteira. O Value At Risk - VAR é calculado através do valor de mercado das exposições, das volatilidades e as correlações entre as operações. A CPFL utiliza-se do VAR como um indicador diário do Valor em Risco que suas operações estão gerando. Aliado a isto, é feito o *Stress Test*, em busca de capturar movimentos de abrupta alteração nos preços dos ativos, de uma dia para outro. Também são simulados cenários de alta ou baixa nas taxas de juros, no câmbio e nas curvas de cupom de juros de inflação. Isto visa captar perdas adicionais não demonstradas no VAR e no Stress Test.

A CPFL divulga internamente, e diariamente, relatório das exposições, do VAR, *Stress Test*, *Duration* e *GAP*.

As operações de "*hedge*" são utilizadas exclusivamente para proteção das exposições contra a perda gerada em função da volatilidade dos ativos do mercado financeiro local e externo. A CPFL utiliza-se de contratos de *Forward* e *Swaps* para efetuar a proteção destas suas exposições. Busca-se a utilização de estruturas e operações com liquidez e facilidade de reversão junto às instituições financeiras.

6. RESULTADOS DA CPFL ENERGIA

Responsável pelo maior complexo de geração e distribuição de energia elétrica do Brasil com capital totalmente nacional, a holding CPFL Energia foi constituída em 20 de março de 1998 sob a denominação inicial de Draft II Participações S.A. Seu objetivo social é a promoção de empreendimentos no setor de geração, de distribuição, de transmissão e de comercialização de energia elétrica, bem como atividades correlatas.

Em 2002, a receita operacional líquida da CPFL Energia foi de R\$ 3,305 bilhões, contra R\$ 1,041 bilhão do ano anterior. Esse crescimento de receita da *holding* foi resultado do aumento das participações no capital das controladas CPFL Paulista (de 22,15% para 95,09%) e CPFL Geração (de 5,90% para 95,62%), ocorrido em agosto de 2002.



ANÁLISE FINANCEIRA

APRESENTAÇÃO (1)

	Dados Consolidados - R\$ Mil	
	31/12/2002	31/12/2001
Receita Operacional	4.303.844	1.285.873
Deduções da Receita Operacional	(998.514)	(244.325)
Receita Operacional Líquida	3.305.330	1.041.548
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(2.364.123)	(761.167)
Lucro Operacional Bruto	941.207	280.381
Despesas Operacionais	(527.403)	(158.013)
Resultado do Serviço	413.804	122.368
Resultado Financeiro	(1.233.532)	(347.341)
Resultado Operacional	(819.728)	(224.973)
Resultado não Operacional	6.272	14.273
Lucro (Prejuízo) antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	(813.456)	(210.700)
Contribuição Social	29.619	(6.016)
Imposto de Renda	70.935	(14.927)
Lucro (Prejuízo) antes da Participação de Acionistas não Controladores	(712.902)	(231.643)
Participação de Acionistas não Controladores	16.839	(1.227)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(696.063)	(232.870)
Patrimônio Líquido	2.144.779	(550.102)
Ativo Permanente (2)	7.789.891	1.519.676
Estrutura de Capital Próprio % (3)	17,31	-

Notas:

- (1) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas complementares editadas pela CVM, que não prevêem o reconhecimento dos efeitos inflacionários a partir de 1º de janeiro de 1996. Tais demonstrações estão também em consonância com a legislação específica aplicável às empresas concessionárias de energia elétrica.
- (1) Inclui "Investimentos", "Imobilizado", "Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão" e "Diferido".
- (2) Patrimônio Líquido / Passivo Total.



A CPFL Energia, como holding de controle, não produz nem comercializa bens ou serviços capazes de gerar um fluxo de caixa próprio.

O resultado negativo da CPFL Energia é decorrente principalmente da variação dos indicadores econômico-financeiros sobre os passivos da empresa e pelo resultado de suas controladas operacionais.

As diferenças significativas verificadas nos itens do resultado de 2002 em relação a 2001, analisados sob a ótica de informações consolidadas, podem ser explicados pelo aumento de participação nas sociedades controladas. Assim a análise financeira comparativa entre os resultados consolidados apresentados nos exercícios de 2002 e 2001, não pode ser estabelecida em bases isonômicas. As variações verificadas individualmente nas empresas controladas, e respectivas considerações, fazem parte do Relatório da Administração das mesmas.

Outros Eventos Relevantes

Término do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica

Considerando-se que os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste atualmente se encontram acima das correspondentes curvas-guia de segurança, a Resolução nº 117, de 19 de fevereiro de 2002, extinguiu, a partir de 1º de março de 2002, o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica nas regiões atendidas pelos Sistemas Interligados Nordeste e Sudeste/Centro-Oeste. Dessa forma, a partir de 1º março de 2002 o consumo da área de concessão das controladas passam a ser regidos pelas condições normais de mercado, sem nenhuma interferência do Programa de Racionamento imposto pelo governo federal.

Aquisições de Novos Empreendimentos

Em 08 de março de 2002, foi adquirida pela CPFL Geração a participação da VBC nas empresas Foz do Chapecó Energia S/A (67%), empresa que detém 60% de participação no empreendimento da UHE Foz do Chapecó, e Campos Novos Energia S/A (67%), assim como a aquisição da totalidade da participação detida por VBC Participações S.A. no capital social de Barra Grande Energia S/A (99,9%), empresa que detinha, em 31/12/02, % de participação no empreendimento da UHE Barra Grande,. A capacidade instalada total de energia elétrica, após o início da operação dos empreendimentos supracitados, é de 3.700 MW. O valor total das aquisições monta a R\$ 185.646 mil e foram pagos à vista, com recursos advindos de Aportes de Capital.



CPFL Energia S.A.
Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2002 e 2001
 (Em Milhares de Reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
CIRCULANTE				
Disponibilidades	162	22.252	176.659	36.945
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias (nota 5)	-	-	1.628.965	240.395
Coligadas, Controladas e Controladora (nota 6)	3.880	3.211	117	-
Devedores Diversos (nota 7)	-	-	292.903	11.475
Títulos e Valores Mobiliários (nota 8)	-	-	87.019	12.788
Tributos a Compensar (nota 9)	13.449	11.130	226.847	38.983
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(32.834)	(6.556)
Estoques	-	-	8.451	2.418
Diferimento de Custos Tarifários (nota 10)	-	-	302.659	14.219
Despesas Pagas Antecipadamente	3.065	5.146	12.869	8.450
Outros	-	58	87.953	12.053
	20.556	41.797	2.791.608	371.170
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-	-	768.202	161.929
Devedores Diversos	-	-	217.064	36.837
Depósitos Judiciais	-	-	67.405	13.720
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	850	11.949
Tributos a Compensar	-	-	11.404	1.474
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 11)	-	-	202.924	17.616
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	222.164	-	-	-
Diferimento de Custos Tarifários (nota 10)	-	-	416.933	52.401
Despesas Pagas Antecipadamente	-	-	6.290	2.264
Outros	-	2.264	89.290	23.553
	222.164	2.264	1.780.362	321.743
PERMANENTE				
Investimentos				
Bens de Renda (nota 12.1)	-	-	829.679	51.656
Participações Societárias Permanentes (nota 12.2)	3.620.740	893.404	-	-
Ágio ou Deságio (nota 12.3)	(10.462)	(11.675)	1.359.663	254.365
Outros	-	-	34.758	8.151
	3.610.278	881.729	2.224.100	314.172
Imobilizado (nota 13)	-	-	3.553.764	670.010
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão Diferido (nota 14)	-	-	(495.061)	(100.736)
	-	-	2.507.088	636.230
	3.610.278	881.729	7.789.891	1.519.676
TOTAL DO ATIVO	3.852.998	925.790	12.361.861	2.212.589

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



CPFL Energia S.A.
Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2002 e 2001
 (Em Milhares de Reais)

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 15)	71	-	865.220	149.922
Folha de Pagamento	-	-	3.470	579
Encargos de Dívidas	-	-	79.984	10.357
Encargos de Debêntures	-	-	73.397	14.113
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	937.834	-	2.342.363	189.311
Debêntures (nota 17)	769.786	825.302	856.207	829.931
Entidade de Previdência Privada (nota 18)	-	-	49.311	8.155
Taxas Regulamentares (nota 19)	-	-	85.225	7.840
Tributos e Contribuições Sociais (nota 20)	11	587	218.292	59.174
Participações nos Lucros e Resultados	-	-	6.414	1.315
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-	-	34.127	981
Coligadas, Controladas e Controladora (nota 21)	517	-	17	29.028
Obrigações Estimadas	-	-	22.901	5.393
Provisão para Contingências (nota 22)	-	-	99.938	16.917
Diferimento de Custos Tarifários (nota 10)	-	-	910	861
Outros (nota 23)	-	3	101.435	22.427
	1.708.219	825.892	4.839.211	1.346.304
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Fornecedores (nota 15)	-	-	228.559	64.674
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	-	-	2.275.878	322.252
Debêntures (nota 17)	-	650.000	1.502.927	861.471
Entidade de Previdência Privada (nota 18)	-	-	752.662	128.899
Coligadas, Controladas e Controladora (nota 21)	-	-	315.965	13.768
Provisão para Contingências (nota 22)	-	-	70.140	11.025
Diferimento de Custos Tarifários (nota 10)	-	-	6.075	5.093
Outros	-	-	24.815	6.075
	-	650.000	5.177.021	1.413.257
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	-	193.932	1.597
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social (nota 24)	3.390.998	54	3.390.998	54
Prejuízos Acumulados	(1.246.219)	(550.156)	(1.246.219)	(550.156)
	2.144.779	(550.102)	2.144.779	(550.102)
Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	-	6.918	1.533
TOTAL DO PASSIVO	3.852.998	925.790	12.361.861	2.212.589

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



CPFL Energia S.A.

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em Milhares de Reais, Exceto Prejuízo por Ação)

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
RECEITA OPERACIONAL (nota 25)				
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	3.973.384	1.242.965
Suprimento de Energia Elétrica	-	-	280.767	29.761
Outras Receitas Operacionais	-	-	49.693	13.147
	-	-	<u>4.303.844</u>	<u>1.285.873</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
ICMS	-	-	(703.864)	(187.129)
PIS	-	-	(26.682)	(8.395)
COFINS	-	-	(128.121)	(38.580)
ISS	-	-	(34)	(46)
Reserva Global de Reversão	-	-	(34.499)	(10.175)
Outras	-	-	(105.314)	-
	-	-	<u>(998.514)</u>	<u>(244.325)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	<u>3.305.330</u>	<u>1.041.548</u>
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Custo com Energia Elétrica				
Energia Elétrica Comprada para Revenda (nota 26)	-	-	(1.594.987)	(529.940)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-	-	(214.888)	(68.581)
	-	-	<u>(1.809.875)</u>	<u>(598.521)</u>
Custo de Operação				
Pessoal	-	-	(106.317)	(33.130)
Entidade de Previdência Privada	-	-	(42.976)	(1.972)
Material	-	-	(12.777)	(3.513)
Serviços de Terceiros	-	-	(63.033)	(10.211)
Depreciação e Amortização	-	-	(142.028)	(43.628)
Cota Consumo Combustível - CCC	-	-	(182.746)	(65.211)
Outros Custos de Operação	-	-	(1.132)	(4.019)
	-	-	<u>(551.009)</u>	<u>(161.684)</u>
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-	-	(3.239)	(962)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-	-	<u>941.207</u>	<u>280.381</u>
DESPESAS OPERACIONAIS (nota 27)				
Despesas com Vendas	-	-	(105.054)	(23.576)
Despesas Gerais e Administrativas	(23.578)	(9.898)	(187.971)	(56.724)
Outras Despesas Operacionais	-	-	(11.554)	(5.241)
Amortização de Ágio por Incorporação	-	-	(222.824)	(72.472)
	<u>(23.578)</u>	<u>(9.898)</u>	<u>(527.403)</u>	<u>(158.013)</u>
RESULTADO DO SERVIÇO	<u>(23.578)</u>	<u>(9.898)</u>	<u>413.804</u>	<u>122.368</u>
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	<u>(344.221)</u>	<u>7.887</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO FINANCEIRO (nota 28)				
Receitas	4.276	12.763	580.398	112.767
Despesas	(338.723)	(257.845)	(1.813.930)	(460.108)
	<u>(334.447)</u>	<u>(245.082)</u>	<u>(1.233.532)</u>	<u>(347.341)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL	<u>(702.246)</u>	<u>(247.093)</u>	<u>(819.728)</u>	<u>(224.973)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL				
Despesas	6.236	15.676	13.296	17.920
	<u>(53)</u>	<u>(1.453)</u>	<u>(7.024)</u>	<u>(3.647)</u>
	<u>6.183</u>	<u>14.223</u>	<u>6.272</u>	<u>14.273</u>
PREJUÍZO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	<u>(696.063)</u>	<u>(232.870)</u>	<u>(813.456)</u>	<u>(210.700)</u>
Contribuição Social	-	-	29.619	(6.016)
Imposto de Renda	-	-	70.935	(14.927)
PREJUÍZO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	<u>(696.063)</u>	<u>(232.870)</u>	<u>(712.902)</u>	<u>(231.643)</u>
Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	16.839	(1.227)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(696.063)</u>	<u>(232.870)</u>	<u>(696.063)</u>	<u>(232.870)</u>
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	<u>(205,27)</u>	<u>(4.312,41)</u>	-	-

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



CPFL Energia S.A.
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001
(Em Milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2000	54	(317.286)	(317.232)
Prejuízo do Exercício	-	(232.870)	(232.870)
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	54	(550.156)	(550.102)
Aumento de Capital	3.390.944	-	3.390.944
Prejuízo do Exercício	-	(696.063)	(696.063)
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	<u>3.390.998</u>	<u>(1.246.219)</u>	<u>2.144.779</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



CPFL Energia S.A.
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001
(Em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2.002	2.001	2.002	2.001
ORIGENS DE RECURSOS:				
Das Operações	-	-	384.562	-
Dos Acionistas				
Integralização de Capital	-	-	1.288	33.223
De Terceiros				
Aumento do Exigível a Longo Prazo	-	-	1.038.435	348.803
Resgate de Ações Preferenciais de Controlada	163.632	35.533	-	-
Dividendos e Juros sobre Capital de Controlada	161.958	42.288	-	-
Transferência do Realizável de Longo Prazo para o Circulante	-	5.146	311.386	27.154
Contribuições e Doações do Consumidor	-	-	30.059	6.673
Redução do Realizável a Longo Prazo	2.264	-	565.354	-
Outros	-	-	-	3.638
Total das Origens	327.854	82.967	2.331.084	419.491
APLICAÇÕES DE RECURSOS:				
Nas Operações	359.236	255.482	-	170.410
Imobilizado	-	-	320.129	48.366
Investimentos	22	19.385	-	212.593
Aumento do Realizável a Longo Prazo	222.164	-	563.924	235
Transferência do Exigível de Longo Prazo para Circulante	650.000	650.000	1.538.647	718.724
Resgate de Ações Preferenciais	-	-	-	17.816
Programa de Redução do Consumo de Energia Elétrica	-	-	-	10.289
Ativo Líquido Não Circulante Incorporado ao Consolidado	-	-	10.235	199.975
Conta de compensação de Variação dos Custos da Parcela "A"	-	-	110.840	47.735
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Declarados	-	-	-	2.267
Acervo Líquido - Incorporação do Patrimônio Cindido da Serra da Mesa	-	-	-	9.876
Aumento Líquido de Contas Não Circulantes por Incremento na Participação em Controladas	-	-	826.454	-
Outros	-	-	33.324	24.208
Total das Aplicações	1.231.422	924.867	3.403.553	1.462.494
Redução no Capital Circulante Líquido Negativo	(903.568)	(841.900)	(1.072.469)	(1.043.003)
DEMONSTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES				
Prejuízo do Exercício	696.063	232.870	696.063	232.870
Itens Que Não Afetam o Capital Circulante Líquido:				
Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	185.196	96.444
Depreciações e Amortizações	-	-	(388.576)	(121.948)
Variações Monetárias de Longo Prazo	-	-	(861.153)	(30.161)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(344.221)	7.887	-	-
Baixa de Ativo Imobilizado	-	-	(13.351)	(2.521)
Realização de Créditos Fiscais	-	-	101.101	5.418
Amortização de Ágio e Deságio	1.213	-	(95.587)	(17.271)
Ganhos e Perdas de Capital	6.181	14.223	-	14.223
Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	16.839	(1.227)
Outros	-	502	(25.094)	(5.417)
	359.236	255.482	(384.562)	170.410
DEMONSTRAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LIQUIDO				
Ativo Circulante	(21.241)	(182.176)	2.420.438	(104.705)
no início do exercício	41.797	223.973	371.170	475.875
no fim do exercício	20.556	41.797	2.791.608	371.170
Passivo Circulante	882.327	659.724	3.492.907	938.298
no início do exercício	825.892	166.168	1.346.304	408.006
no fim do exercício	1.708.219	825.892	4.839.211	1.346.304
Redução no Capital Circulante Líquido	(903.568)	(841.900)	(1.072.469)	(1.043.003)

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIA S/A
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2002 e 2001
(Valores expressos em milhares de reais,
exceto quando indicado de outro modo)

1 - Contexto Operacional

A CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Sociedade"), atual denominação da DraftII Participações S.A. ("DraftII"), é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 17 de março de 1998. A Sociedade tem por objetivo principal atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas primariamente, à distribuição, geração e comercialização de energia elétrica.

1.1 Reestruturação Societária

Com o objetivo de reestruturar a aplicação dos recursos em seus investimentos de distribuição e geração de energia e atender às determinações do setor elétrico, em agosto de 2002, os acionistas controladores decidiram transferir para CPFL Energia as participações que detinham na CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz e CPFL Geração de Energia S/A. Retroativamente a junho de 2002, a Sociedade passou a deter 95,09% e 95,62% do capital total, respectivamente, dessas controladas.

A CPFL Energia possui participações diretas e indiretas nas seguintes empresas:

1.2 – Participações Diretas:

Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL

A Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL"), é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem por objeto principal a prestação de serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica, para o que possui concessão por prazo de 30 anos, que se encerra em 2027, podendo este prazo ser estendido por igual período adicional. A área de concessão da CPFL contempla 234 municípios do Estado de São Paulo, equivalente a 90.440 km², abrangendo uma economia bastante diversificada, baseada principalmente na indústria, serviços e agropecuária, atendendo cerca de 3,0 milhões de consumidores. A Sociedade detém 90,80% do capital total da CPFL em 31 de dezembro de 2002 (20,85% em 31 de dezembro de 2001).

CPFL Geração de Energia S.A.

A CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração"), é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 19 de julho de 2000. Possui potência nominal de 143,46 MW, contando com 19 PCH's pequenas centrais hidrelétricas e 01 usina termelétrica, todas localizadas no interior do Estado de São Paulo e atua como geradora e comercializadora de energia elétrica. A CPFL Geração detém concessão para serviços de geração de energia elétrica até o ano de 2027, podendo a mesma ser prorrogada por prazo adicional de 30 anos. A CPFL Geração controla atualmente a SEMESA S.A. ("SEMESA"). A Sociedade detém 95,62% do capital total da CPFL Geração em 31 de dezembro de 2002 (6,06% em 31 de dezembro de 2001).

CPFL Comercialização Brasil Ltda.

A CPFL Comercialização Brasil Ltda. ("CPFL Brasil"), é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que teve a totalidade de suas quotas subscritas pela Sociedade em 13 de agosto de 2002. A CPFL Brasil tem por objeto principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, o assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional. A CPFL Brasil teve suas atividades operacionais iniciadas a partir de janeiro de 2003.



1.3 – Participações Indiretas

Companhia Piratininga de Força e Luz

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“Piratininga”) é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando principalmente na distribuição de energia a cerca de 1,2 milhões de consumidores nas regiões da Baixada Santista, Sorocaba, Jundiaí, Indaiatuba, Salto e Itú. Seu prazo de concessão se encerra em 23 de outubro de 2028, podendo ser estendido por período adicional de 30 anos. A Piratininga é controlada atualmente pela Draft I Participações S.A., subsidiária integral da CPFL, que detém 97,40% e 96,48% de seu capital total, respectivamente em 31 de dezembro de 2002 e 2001.

Rio Grande Energia S.A. – RGE

A Rio Grande Energia S.A. (“RGE”), é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando principalmente na distribuição de energia elétrica a cerca de 994 mil consumidores, nas regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Possui prazo de concessão de trinta anos até o ano de 2027, podendo ser estendido por período adicional de 30 anos. O controle acionário da RGE foi adquirido pela controlada CPFL em 05 de julho de 2001. A CPFL detém 67,01% do capital total da RGE em 31 de dezembro de 2002 (66,92 em 31 de dezembro de 2001).

SEMESA S.A.

A SEMESA S.A. (“SEMESA”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2001, com o objetivo de participar no Aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no estado de Goiás, cuja potência instalada é de 1.275 MW. A concessão do Aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa pertence à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”), que lhe foi outorgada pelo Decreto n.º 85.983, de 8 de maio de 1981, pelo prazo de 30 anos, **prorrogada posteriormente até o ano de 2030**. A SEMESA detém a concessão, bem como os respectivos bens vinculados à Usina Hidrelétrica de Ponte do Silva, localizada no Rio São Luiz, no estado de Minas Gerais, que foi outorgada em 30 de outubro de 1989, pelo prazo de 30 anos. A CPFL Geração detém 100% do capital total da SEMESA em 31 de dezembro de 2002 e 2001.

CERAN – Companhia Energética Rio das Antas

A CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 11 de janeiro de 2001, que tem por objeto a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, conforme Contrato de Concessão, assinado em 15 de março de 2001. O cronograma de operação das usinas estima o início das operações para o segundo semestre de 2004 na UHE de Monte Claro, primeiro semestre de 2005 na UHE de Castro Alves e primeiro semestre de 2006 na UHE 14 de Julho. A CERAN é controlada pela CPFL Geração, que detinha 65,00% de seu capital total em 31 de dezembro de 2002 e 2001.

Campos Novos Energia S.A.

A Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de julho de 1999, com o objetivo de construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico de Campos Novos, cuja potência instalada será de 880 MW, localizado no Rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina. A concessão foi outorgada pela ANEEL através do contrato n.º 043/2000 de 29 de maio de 2000. As obras tiveram início em agosto de 2001 e estão em andamento as escavações das principais estruturas. O prazo para conclusão das obras está previsto para junho de 2006. A ENERCAN é controlada pela CPFL Geração, que detinha 74,72% do seu capital total em 31 de dezembro de 2002.

Barra Grande Energia S.A.

A Barra Grande Energia S.A. (“Barra Grande”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 03 de agosto de 2001, com o objetivo de participar no Consórcio Energético de Barra Grande, que tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande, cuja potência instalada será de 690 MW, localizado no Rio Pelotas, entre os municípios de Anita Garibaldi e Esmeralda, na divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente. A concessão foi outorgada pela ANEEL através do contrato n.º 31/2001 de 14 de maio de 2001. O



empreendimento está em fase de escavações das principais estruturas e processo de licenciamento ambiental. O prazo para conclusão das obras está previsto para abril de 2006. A Barra Grande é controlada pela CPFL Geração, que detinha 100% de seu capital total em 31 de dezembro de 2002, esta por sua vez detinha na mesma data, 50,00 % do capital da BAESA – Energética Barra Grande, empresa de propósito específico criada para a construção da UHE de Barra Grande.

Foz do Chapecó Energia S.A.

A Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de julho de 2001 com o objetivo de participar no Consórcio Foz do Chapecó, que tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico de Foz do Chapecó, cuja potência instalada será de 855 MW, localizado no Rio Uruguai, entre os municípios de Águas do Chapecó e Alpestre, na divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente. A concessão foi outorgada pela ANEEL através do contrato n.º 128/2001 de 07 de dezembro de 2001. O empreendimento está em fase inicial do projeto executivo e processo de licenciamento ambiental. O prazo para conclusão das obras está previsto para maio de 2007. A Foz do Chapecó é controlada pela CPFL Geração, que detinha 66,67% de seu capital total em 31 de dezembro de 2002, e esta por sua vez detém 60,00% do Consórcio Foz do Chapecó.

Nova I Participações S.A.

A Nova I Participações S.A. (“Nova I”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 06 de outubro de 1999, com o controle acionário originalmente detido pela controlada CPFL que, em 07 de novembro de 2001 transferiu a totalidade das ações da Nova I para a controlada CPFL Geração pelo seu valor patrimonial contábil, para viabilizar futuros projetos de participações e parcerias da CPFL Geração em novos investimentos. A Nova I não manteve atividades operacionais durante o exercício de 2002.

2 – Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica

Durante o período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, as Regiões Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país passaram por uma situação hidrológica crítica que comprometeu a capacidade de geração de energia elétrica. Esse fato requereu a adoção de medidas emergenciais para redução do consumo de energia. Para tanto, foi criado, pelo Governo Federal, o Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica, gerenciado pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - “GCE”, que impôs metas de redução de consumo da ordem de 20% para as classes residencial (consumo superior a 100 KWh) e comercial, de 15% a 25% para a classe industrial, de 10% para a rural e de 10% a 35% para serviços públicos, tomando como base a média de consumo verificada no período de maio a julho de 2000.

A partir de janeiro de 2002, a GCE revisou as metas de consumo previamente estabelecidas, as quais passaram a contemplar as seguintes alterações:

- ✓ suspensão das metas estabelecidas para a classe de Iluminação Pública;
- ✓ redução de 5% sobre a base estabelecida no final de novembro de 2001 para as classes Residencial e Comercial; e
- ✓ redução entre 5% e 10% sobre a meta estabelecida para a classe Industrial.

Acordo Geral do Setor Elétrico:

O Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica afetou significativamente as operações das controladas do grupo CPFL Energia, notadamente a CPFL, CPFL Geração e Piratininga, bem como de outras empresas geradoras e distribuidoras de energia nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, posto que a grande parte da aquisição de energia pelas empresas distribuidoras está baseada em contratos com as empresas geradoras, que garantem o despacho da energia em volumes pré-determinados. Esses contratos previam a possibilidade de ocorrência de situação hidrológica crítica, o que resultaria na necessidade de os geradores compensarem as empresas distribuidoras por perdas incorridas em decorrência dessa situação. Tendo em vista as ramificações operacionais, financeiras e jurídicas decorrentes dos contratos, chegou-se a um impasse no setor elétrico brasileiro, que foi solucionado através de um acordo entre os geradores e distribuidores de energia no final de 2001. Esse



acordo, aprovado pela GCE e pela ANEEL, determinou a necessidade de aumento tarifário extraordinário às distribuidoras, aprovado através da Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, cujas principais determinações são como segue:

- ✓ Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, através de aumento extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores rurais e residenciais (exceto aqueles considerados como de “baixa renda”) e de 7,9% para todos os demais consumidores, vigorando por prazo que seria definido posteriormente pela ANEEL, para que as distribuidoras de energia elétrica pudessem recuperar as perdas incorridas durante o período de redução do consumo de energia;
- ✓ Os compromissos de compra de energia junto às empresas geradoras tiveram de ser honrados pelas distribuidoras na sua totalidade, sendo aplicado a eles um fator redutor de 6,42% para o período de junho a dezembro de 2001 e de 0,67% para os meses de janeiro e fevereiro de 2002;
- ✓ Definição de mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis pelas empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica, apurados entre 1º de janeiro de 2001 e 25 de outubro de 2001. Referido mecanismo foi inicialmente criado pela Medida Provisória nº 2.227, de 04 de setembro de 2001, em conjunto com as Portarias Interministeriais nº 296, de 25 de outubro de 2001 e nº 25, de 24 de janeiro de 2002 para os custos incorridos a partir de 26 de outubro de 2001 e que seriam computados no cálculo do reajuste tarifário do exercício subsequente (mecanismo denominado Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela “A” – CVA);
- ✓ Aprovação de programa de apoio emergencial e excepcional às concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, por meio de recursos disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). O crédito posto à disposição das concessionárias foi destinado para suprir parte das insuficiências de recursos decorrentes da redução de receita ocorrida durante a vigência do Programa de Racionamento, com destinação prioritária ao adimplemento de obrigações assumidas junto a agentes do setor elétrico. Esse apoio foi viabilizado através da concessão de empréstimos, no valor de até 90% das perdas relacionadas ao programa de redução de energia (vide tópicos “Perdas de Receita com o Racionamento” e “Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A” de Longo Prazo). Sobre os empréstimos obtidos incidem juros de 1% a.a., a título de *spread*, acima da taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Esses empréstimos são garantidos pelos recebíveis decorrentes do aumento extraordinário acima descrito. No consolidado o valor total obtido ao longo de 2002 foi de R\$ 1.046.414, tendo sido realizados pagamentos ao BNDES no valor de R\$ 207.010 durante o mesmo período. O referido empréstimo está registrado na rubrica Empréstimos e Financiamentos.

Conforme preconizado na Resolução ANEEL nº 249, de 06 de maio de 2002, a parcela dos custos com a compra de energia no âmbito do MAE (denominada “energia livre”), realizados durante o racionamento, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e consideradas nos contratos iniciais e equivalentes, será repassada aos consumidores, através da RTE.

Os principais efeitos contábeis, decorrentes do quadro emergencial instalado por conta do racionamento de energia, que desencadeou as regulamentações acima mencionadas (Lei nº 10.438 e Resolução ANEEL nº 249), podem ser resumidos como segue:

➤ **Perdas de Receita Com o Racionamento:**

Conforme determinado pela Lei nº 10.438, as controladas CPFL e Piratininga efetuaram a apuração das perdas de receitas determinadas com base na comparação das receitas de venda de energia efetivamente verificadas no período compreendido entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002, data do efetivo encerramento do Programa de Racionamento, e as receitas projetadas para esse período, ajustadas por certos fatores, desconsiderando-se a ocorrência do plano de racionamento.



Conforme determinação da Resolução nº 72, de 07 de fevereiro de 2002, os valores oriundos das perdas de receitas acima descritas foram integralmente registrados pelas citadas controladas como receita do exercício de 2001, no que se refere ao período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2001 e, em 2002, para os meses de janeiro e fevereiro. Em 29 de agosto de 2002, a ANEEL homologou os referidos valores através das Resoluções nº 480 e nº 481, o que gerou ajustes contábeis (decorrentes das diferenças em relação aos valores anteriormente estimados), registrados no resultado do exercício de 2002.

Conforme a Resolução nº 369, de 03 de julho de 2002, a ANEEL determinou que a remuneração do saldo das perdas de receita estaria vinculada à correção dos contratos obtidos junto ao BNDES para suprimento das perdas com racionamento, isto é, sobre o referido saldo devem incidir juros de 1% a.a., a título de *spread*, acima da taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

➤ **Acordo de Compra de Sobras Líquidas:**

As empresas de geração e distribuição concordaram, em julho de 2002, por meio do “Acordo de Compra de Sobras Líquidas Contratuais” e do “Acordo de Reembolso de Energia Livre”, em estabelecer um tratamento especial para a contabilização do MAE, referente à compra de sobras de energia de contratos iniciais e equivalentes.

Com base neste contexto, a controlada CPFL Geração registrou os valores referentes à comercialização de energia no curto prazo, no montante de R\$ 194.463, e o direito de ressarcimento de energia livre no montante de R\$ 7.702 (ambos classificados na conta “Consumidores e Concessionárias”, no ativo circulante), relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE.

➤ **Energia Livre:**

Conforme determinado pela Resolução ANEEL nº 249, a energia produzida e disponibilizada ao mercado consumidor pelos produtores independentes e auto-produtores de energia, denominada “energia livre”, será repassada aos geradores pelos distribuidores, sendo que os recursos para tal comporão a base de cálculo da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE .

A homologação do saldo de energia livre ocorreu através da Resolução ANEEL nº 483, de 29 de agosto de 2002. Nenhuma atualização monetária sobre referido saldo foi considerada até 31 de dezembro de 2002, em decorrência do estabelecido pela Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, a qual determina que a remuneração do saldo de energia livre seja realizada conforme o fluxo de liquidações dos saldos em aberto junto ao MAE, a partir da data da primeira liquidação, que ocorreu em 30 de dezembro de 2002.

➤ **Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela “A” de Longo Prazo:**

Conforme determinado através da Lei nº 10.438, a variação dos valores financeiros dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela “A” do contrato de concessão, ocorrida entre 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001 (portanto anteriormente à vigência do mecanismo da CVA), deverá ser ressarcida às distribuidoras através de mecanismo de recomposição tarifária extraordinária.

O saldo de Parcela “A” de Longo Prazo foi homologado pela ANEEL em 29 de agosto de 2002, e vem sendo remunerado pela taxa SELIC, conforme definido na Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002.



Os valores relacionados aos efeitos acima descritos correspondentes às controladas CPFL e Piratininga, bem como suas respectivas movimentações ocorridas até 31 de dezembro de 2002, estão apresentados no quadro a seguir:

Descrição	Consolidado		
	RTE	Energia Livre	CVA de Longo Prazo
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	149.309	64.674	47.308
Ingressos dos Meses de Janeiro e Fevereiro de 2002	34.506	-	-
Aumento em função do Incremento na Participação Societária	646.048	227.306	166.272
Ajustes Decorrentes das Homologações Pela Aneel	54.667	6.036	44.748
Registro de Encargos de Serviço do Sistema	-	-	92.828
Atualização Monetária	149.141	-	59.702
Realizações	(234.880)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	798.791	298.016	410.858

Os saldos a receber relacionados à Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre estão classificados na conta “Consumidores, Concessionárias e Permissionárias” (vide nota 5) e os saldos relacionados à Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela “A” de Longo Prazo estão classificados na conta “Diferimento de Custos Tarifários” (vide nota 10).

Conforme definido pela Resolução ANEEL nº 484 de 29 de agosto de 2002, os valores acima mencionados deverão ser recuperados pela CPFL em um prazo total de 75 meses (63 meses no caso da Piratininga), contados a partir de 1o. de janeiro de 2002, período durante o qual vigorará, para as Companhias, os aumentos tarifários extraordinários de 2,9% e 7,9% (RTE), previstos na Lei nº 10.438.

Periodicamente são preparadas projeções considerando o crescimento de mercado da Sociedade, levando em consideração expectativas de inflação, juros e aspectos regulatórios. A administração baseia-se nesses estudos para determinação da necessidade da provisão para perdas, caso haja risco na realização desses ativos.

Na presente data nenhuma das projeções mencionadas, indicam relevantes necessidades de constituição de provisão dos valores registrados.

Mecanismo de Bônus e Sbre taxa:

Durante o período em que vigorou o racionamento, foi instituído para as controladas CPFL e CPFL Piratininga um mecanismo de concessão de bônus para os consumidores que reduzissem o consumo de energia além das metas estipuladas pela ANEEL e pela GCE. Para os consumidores que não atendessem às metas, haveria a cobrança de tarifas adicionais (sobretaxa). No consolidado, os recursos arrecadados através da sobretaxa no período do racionamento foram de R\$ 60.754, que foram destinados a custear os bônus no montante de R\$ 128.793, gerando saldo a receber de R\$ 68.039. A Aneel através dos Despachos nºs 128 e 167 de março de 2002 e 239 de abril de 2002, homologou e ressarciu integralmente o saldo a receber da CPFL e no caso da Piratininga foi homologado através do



Despacho nº 600 de 27 de setembro de 2002 o montante de R\$ 9.045, base maio de 2002, restando um saldo a receber de R\$ 1.421 em 31 de dezembro de 2002.

Custos com Implementação do Programa de Racionamento:

Para a implementação dos procedimentos necessários à gestão do Programa de Racionamento, a CPFL e Piratininga efetuaram gastos totais no valor de R\$ 22.069, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, na conta Consumidores, Concessionárias e Permissionárias, os quais serão ressarcidos através do próximo reajuste tarifário, a ser concedido a partir de abril de 2003, para a CPFL e a partir de outubro de 2003 para a Piratininga.

Encerramento do Programa de Racionamento:

O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica foi oficialmente encerrado através da Resolução da GCE n.º 117 de 19 de fevereiro de 2002, e em 06 de junho de 2002, por meio do Decreto 4.261, foi extinta a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE.

3 – Operações Realizadas no Âmbito do MAE

O saldo da conta de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no curto prazo, relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE. A liquidação financeira desses valores, incluindo os saldos registrados no passivo circulante, estava programada para 22 de novembro de 2002, mas foi postergada em razão de novo acordo realizado entre as empresas do setor e o Governo. O quadro abaixo apresenta o resumo das operações realizadas com as controladas CPFL, Piratininga e CPFL Geração no âmbito do MAE:

Operações no MAE

Mês/Ano	Consolidado			
	Encargo Serviço do Sistema - ESS	Custo Com Compras	Receita de Vendas	Saldo Líquido
De Set a Dez/2000	(15.707)	(11.277)	39.316	12.332
Ano de 2001	(55.854)	(34.330)	234.423	144.239
De Jan a Set/2002	(24.551)	(8.742)	154.007	120.714
Soma Até Set/2002	(96.112)	(54.349)	427.746	277.285
De Out a Dez/2002	(4.887)	(2.588)	74.585	67.110
Total	(100.999)	(56.937)	502.331	344.395

Liquidação Financeira de 30 de Dezembro de 2002

De acordo com o estabelecido nesse novo acordo, 50% do saldo líquido a receber, correspondente ao período acumulado até setembro de 2002 deveria ser liquidado até 30 de dezembro de 2002 e o saldo remanescente, liquidado após a conclusão dos trabalhos de auditoria no MAE a ser contratada para essa finalidade. O quadro abaixo demonstra os montantes pagos/recebidos na liquidação anteriormente mencionada, bem como o saldo remanescente não liquidado, que, de acordo com as regras desse mercado, deverá ser negociado bilateralmente entre as empresas do setor.

Operações	Liquidação - Consolidado					
	Saldo Até Set/02	Liminares	Saldo Ajustado	Acordo Geral 50%	Pago e/ou Recebido	Saldo Em Negociação
Compras	(150.461)	2.703	(147.758)	(73.879)	53.989	(19.890)
Vendas	427.746	(47.838)	379.908	189.954	(102.293)	87.661
Total	277.285	(45.135)	232.150	116.075	(48.304)	67.771



Para o saldo em negociação em sua maioria foram realizados contratos bilaterais que asseguram a realização destes valores. No ano de 2003 (até a data da emissão do parecer) as controladas receberam o montante líquido de R\$ 92.611 referente a liquidação parcial no MAE.

Os valores da energia no curto prazo e da energia livre podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos à interpretação das regras vigentes no mercado. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº. 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que teve como objetivo o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE, incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados das regiões Sudeste/Centro-Oeste com o da região Sul.

4 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da controladora e controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os princípios emanados da Lei das Sociedades Anônimas, e normas complementares editadas pela CVM, que não prevêm o reconhecimento dos efeitos inflacionários a partir de 1º de janeiro de 1996. Tais demonstrações estão também em consonância com a legislação específica aplicável às empresas concessionárias de energia elétrica.

As informações detalhadas sobre os itens das demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros analíticos, em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular nº 155/2003-SFF/ANEEL, de 24 de janeiro de 2003 e Ofício Circular/CVM/SEP/SNC nº 01/2003, de 16 de janeiro de 2003.

Através da Resolução ANEEL n.º 444, de 26 de outubro de 2001, foi instituído o "Manual de Contabilidade", que promoveu a revisão de normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica. Este manual contém o Plano de Contas, as instruções contábeis e o roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em alterações nas práticas contábeis e de divulgação até então aplicáveis às empresas do setor. Os principais procedimentos alterados contidos no referido Manual, que são aplicáveis de forma compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002, foram os seguintes:

	PROCEDIMENTO ANTERIOR	PROCEDIMENTO ATUAL
1) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<ul style="list-style-type: none">Não permite provisão para créditos com poderes públicos.	<ul style="list-style-type: none">Todos os créditos devem ser objeto de análise para fins de provisão, incluindo poderes públicos.
2) Ágio na incorporação de sociedade controladora	<ul style="list-style-type: none">Contemplava parcialmente	<ul style="list-style-type: none">Inclusão de procedimentos específicos, em linha com as determinações da CVM.
3) Desativação de bens do ativo imobilizado - valor salvado	<ul style="list-style-type: none">Contemplava o conceito de "valor salvado"	<ul style="list-style-type: none">Atualiza o conceito de "valor salvado", que é definido como valor residual contábil, para harmonização com as práticas contábeis nacionais e internacionais.



4) Ajustes de ativos não correntes a valores prováveis de realização	<ul style="list-style-type: none">• Não contemplava	<ul style="list-style-type: none">• Inclusão de critérios e procedimentos para constituição de provisão para ajustes de ativos não correntes a valores prováveis de realização.
5) Obrigações especiais vinculadas à concessão	<ul style="list-style-type: none">• Apresentadas nas demonstrações financeiras no Passivo Exigível a Longo Prazo	<ul style="list-style-type: none">• Apresentadas nas demonstrações financeiras como conta redutora do Ativo Imobilizado.
6) Rateio das despesas da Administração Central para as Imobilizações em Curso	<ul style="list-style-type: none">• Permitia o rateio de até 10% do total das despesas de pessoal e serviços de terceiros	<ul style="list-style-type: none">• Mantém o rateio, porém extingue o rateio com base em percentual pré-estabelecido. Permite a alocação com base em critérios adequadamente fundamentados.
7) Comercialização de energia	<ul style="list-style-type: none">• Sub-atividade da geração e distribuição	<ul style="list-style-type: none">• Atividade de comercialização destacada, com detalhamento dos conceitos e procedimentos aplicáveis, tais como: criação de contas contábeis específicas, instruções gerais e contábeis, técnicas de funcionamento, roteiro e modelo para elaboração de notas explicativas.
8) Demonstração do Resultado	<ul style="list-style-type: none">• Estruturada por natureza de gastos. Não contemplava conceito de lucro bruto	<ul style="list-style-type: none">• Estruturada para contemplar receita, custo; despesas operacionais, administrativas e com vendas nos padrões estabelecidos pela legislação societária.
9) Elaboração e divulgação de relatórios e informações complementares	<ul style="list-style-type: none">• Não contemplava no plano. Contemplava parcialmente em Ofício Circular de encerramento do Exercício	<ul style="list-style-type: none">• Incluídos roteiro e modelos para elaboração e divulgação de:<ul style="list-style-type: none">- Balanço Social- Demonstração do Fluxo de Caixa - Anexo I- Demonstração do Valor Adicionado – DVA - Anexo II
10) Fundos de Pensão (Entidades de Previdência Privada).	<ul style="list-style-type: none">• Contempla alguns aspectos que atendem em parte as necessidades atuais.	<ul style="list-style-type: none">• Incluí aspectos e procedimentos contábeis mais abrangentes e em linha com o Pronunciamento n.º 26 do



IBRACON, referendado pela Deliberação n.º 371/2000 da CVM.

Em atendimento ao “Manual de Contabilidade da ANEEL”, aplicado no exercício de 2002, foram promovidas reclassificações nas demonstrações financeiras do exercício de 2001, sem modificar o resultado final, a fim de permitir a comparabilidade das informações. As principais reclassificações procedidas foram as seguintes:

- ✓ Ativo imobilizado líquido das Obrigações Especiais;
- ✓ Encargos setoriais (RGR/CCC e Taxa de Fiscalização) agrupados no item Taxas Regulamentares;
- ✓ Dívidas com entidade de previdência privada agrupadas no item Entidade de Previdência Privada; e
- ✓ Classificação das despesas operacionais segregadas em custo com energia elétrica, custo com operação, custo com serviço prestado a terceiro, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas.

As demonstrações financeiras consolidadas de 2001, apresentadas para fins de comparação, foram reclassificadas para atender à consolidação proporcional da controlada indireta RGE, uma vez que se caracteriza como empresa controlada em conjunto, conforme, às disposições do Acordo de Acionistas Controladores. O resultado do exercício e o patrimônio líquido resultante dessa retificação não apresentam qualquer diferença em relação aos saldos finais anteriormente divulgados.

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas, como informações suplementares, as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado da controladora e consolidado, para os exercícios de 2002 e 2001.

Sumário das Principais Práticas Contábeis

- a) **Disponibilidades** – Incluem as aplicações financeiras que estão registradas ao custo, acrescidos de rendimentos proporcionais auferidos até a data dos balanços.
- b) **Consumidores, Concessionárias e Permissionárias** – Inclui o fornecimento faturado de energia a consumidores finais, bem como as receitas decorrentes de energia elétrica consumida mas ainda não faturada aos mesmos, contabilizados em consonância com o regime de competência. Inclui os valores faturados e a faturar a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica, conforme determinado por informações disponibilizadas pelo Mercado Atacadista de Energia (“MAE”).
- c) **Provisão para Créditos de Liquidação Duidosa** - constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e para os saldos dos clientes das demais classes vencidos há mais de 360 dias, inclusive clientes da classe poder público, conforme definido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Considera também, para fins da referida provisão, uma análise individual de cada saldo, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da administração em relação às perdas efetivas.
- d) **Estoque (Inclusive Ativo Imobilizado)** - Os materiais em almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados à construção, classificados no imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição.
- e) **Investimentos** – As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; as demais participações estão registradas ao custo de aquisição, deduzidas de provisões para redução ao valor de mercado, quando aplicável.
- f) **Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, a taxas variáveis de 2% a.a. a 20% a.a., de acordo com a natureza do bem. Em atendimento às instruções do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os seguintes procedimentos foram adotados:

Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários relacionados aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, foram registrados pelas controladas neste subgrupo como custo.



Mesmo procedimento foi adotado para os juros computados sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, tendo sido registrado pelas controladas até março de 2000 (na RGE até dezembro de 1999).

As controladas optaram, em março de 2002, pela descontinuidade da apropriação às imobilizações em curso do rateio de 10% dos gastos administrativos com pessoal e serviços de terceiros, até que se tenham concluído os estudos técnicos que permitam a alocação adequada destes custos.

- g) **Diferido** – Os saldos relacionados a ágios (deságios) pagos (auferidos) na aquisição de controladas e decorrentes da incorporação de empresas controladas são amortizados com base no método linear, pelo prazo de 10 anos, de acordo com as disposições da Instrução CVM 247/96, uma vez que estão relacionados à rentabilidade futura dos investimentos adquiridos.

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 14, a controlada CPFL e a controlada em conjunto RGE optaram pelo diferimento da variação cambial incorrida durante o ano de 2001, que está sendo amortizada de forma linear a partir do exercício de 2001, pelo prazo de quatro anos ou em função do vencimento dos passivos que deram origem à variação cambial, o que ocorrer primeiro.

- h) **Atualizações de Direitos e Obrigações** - Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes pelos efeitos da inflação, ou variação cambial, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizados até a data dos balanços.
- i) **Imposto de Renda e Contribuição Social** – Calculados conforme alíquotas vigentes à data dos balanços. Conforme disposições da Deliberação CVM n.º 273/98 e Instrução CVM n.º 371/02, as controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais, base negativa da Contribuição Social e diferenças intertemporais.
- j) **Planos de Aposentadoria e Pensão** – Em atendimento às determinações da Deliberação nº 371 da CVM, de 13 de dezembro de 2000, as controladas optaram, no exercício de 2001, por reconhecer a parcela de obrigações atuariais excedentes em relação aos ativos dos planos, debitando o resultado do exercício em 5 anos a partir de janeiro de 2002 (vide nota 18).
- k) **Provisões para Contingências** - As provisões para contingências são constituídas mediante avaliações de seus riscos (prováveis e possíveis) e quantificadas com base em fundamentos econômicos e em pareceres jurídicos sobre os processos e outros fatos contingenciais conhecidos na data do balanço.
- l) **Resultado** – As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
- m) **Estimativas** – A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a controladora e suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.
- n) **Prejuízo por Ação** – Determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação à data do balanço.

Crerios de Consolidaão

As demonstrações consolidadas abrangem os saldos e transações da Sociedade e de suas controladas CPFL e CPFL Geraão. Para o exercício de 2001, os saldos de ativos, passivos, despesas e receitas foram consolidados proporcionalmente à participação detida pela Sociedade nessas controladas, sendo 22,15% e 6,06%, respectivamente. Para o exercício de 2002, as participações nas controladas CPFL e CPFL Geraão, aumentaram para 94,94% e 95,62%, em decorrência da reestruturação societária do Grupo (vide nota 1.1), respectivamente, as demonstrações financeiras das controladas foram consolidadas integralmente.



Em decorrência deste aumento de participação ter ocorrido em agosto de 2002, com efeito retroativo a 30 de junho de 2002, os resultados das controladas foram consolidados proporcionalmente à participação detida pela Sociedade na CPFL e CPFL Geração, até aquela data, sendo 22,15% e 5,92%, respectivamente, para o segundo semestre de 2002, os resultados das controladas CPFL e CPFL Geração foram consolidados integralmente.

Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Sociedade, as demonstrações financeiras da CPFL e CPFL Geração são consolidadas com as de suas controladas, integral ou proporcionalmente, de acordo com as determinações da Instrução CVM n.º 247 de 27 de março de 1996.

Respeitadas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

Adicionalmente, os seguintes procedimentos de consolidação foram adotados:

- (a) Eliminação das participações no Patrimônio Líquido das controladas;
- (b) Eliminação do resultado de Equivalência Patrimonial;
- (c) Eliminação dos saldos de Ativos e Passivos entre as empresas consolidadas;
- (d) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações entre as Empresas; e
- (e) Ajustes de critérios contábeis sobre as demonstrações das controladas, quando divergentes dos utilizados pela CPFL Energia.

5 - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Classes de Consumidores	Consolidado				
	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 2002	Total 2001
Residencial	126.039	70.091	16.500	212.630	31.806
Industrial	87.898	34.514	21.308	143.720	26.780
Comercial	43.609	28.428	9.929	81.966	13.336
Rural	12.774	3.278	833	16.885	2.976
Poder Público	12.091	8.752	4.290	25.133	3.553
Iluminação Pública	18.667	16.352	23.347	58.366	8.639
Serviço Público	9.118	10.149	10.376	29.643	5.802
Faturado	310.196	171.564	86.583	568.343	92.892
Não Faturado	226.272	-	-	226.272	41.658
Energia de Curto Prazo - MAE	400.038	-	2.377	402.415	32.797
Concessionárias	50.686	-	-	50.686	10.016
Outros	16.901	2.630	7.008	26.539	8.072
Soma	1.004.093	174.194	95.968	1.274.255	185.435
Recomposição Tarifária Extraordinária	267.532	-	-	267.532	54.504
Energia Livre	87.178	-	-	87.178	456
Total	1.358.803	174.194	95.968	1.628.965	240.395

Os saldos consolidados de contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias em 31 de dezembro de 2002 e 2001 são como segue :

Recomposição Tarifária Extraordinária - Trata-se do saldo referente às perdas de receita com o racionamento e à energia livre a ser repassada aos consumidores finais, conforme mencionado na nota nº3.

Energia Livre – Refere-se ao montante que será recebido pelas distribuidoras e repassados aos geradores, conforme mencionado na nota nº3.

Em 31 de dezembro de 2002, o valor total a recuperar, relacionado aos ativos regulatórios acima mencionados, através dos aumentos tarifários extraordinários autorizados pelo Poder Concedente, é como segue:



Descrição	Consolidado	
	2002	2001
Recomposição Tarifária Extraordinária	798.791	149.309
Energia Livre	324.121	67.580
Total	1.122.912	216.889
(-) Parcela de Longo Prazo	768.202	161.929
Total de Curto Prazo	354.710	54.960

Receitas Decorrentes da Subclasse Residencial Baixa Renda

Até o final de agosto de 2002, as controladas utilizavam para enquadramento dos consumidores na categoria Baixa Renda, os critérios estabelecidos pela Resolução ANEEL n.º 196 de 7 de junho de 2000, com as seguintes diretrizes:

- ✓ ligação monofásica;
- ✓ carga instalada até 6kW;
- ✓ consumo mensal de 220 kWh.

A Lei n.º 10.438 de 26 de abril de 2002 alterou os critérios de classificação dos consumidores da subclasse residencial baixa renda, os quais são beneficiados por uma tarifa social escalonada inferior à tarifa cobrada dos demais consumidores residenciais. As Resoluções ANEEL n.ºs. 246 e 485, de 30 de abril de 2002 e 29 de agosto de 2002, respectivamente, estabelecem as seguintes diretrizes para a classificação da unidade consumidora residencial na Subclasse Residencial Baixa Renda:

- ✓ unidade consumidora com consumo mensal entre 80 e 220 kWh;
- ✓ unidade consumidora que seja atendida por circuito monofásico;
- ✓ unidade consumidora cujo responsável seja inscrito no Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal ou seja beneficiário dos programas “Bolsa Escola” ou “Bolsa Alimentação”; e
- ✓ unidade consumidora cujo responsável possua renda mensal per capita máxima equivalente a meio salário mínimo definido pelo Governo Federal.

Para fazer jus ao benefício da tarifa social da Subclasse Residencial Baixa Renda, o responsável pela unidade consumidora deverá comprovar, junto à concessionária de energia, o atendimento de todas as condições acima descritas.

A Resolução ANEEL n.º 514 de 17 de setembro de 2002 estabelece os procedimentos contábeis e os critérios de compensação nas tarifas de fornecimento, dos efeitos de todas as novas condições de enquadramento como Residencial Baixa Renda. Determina que as empresas que tiverem ganho de receita em função desses novos critérios, comparativamente à situação anterior, deverão contabilizar esse ganho em conta redutora de receita em contrapartida de Credores Diversos - Consumidores. O saldo registrado, apurado de abril de 2002 até março de 2003, será compensado quando do cálculo do Índice de Reajuste Tarifário Anual – IRT, ou da Revisão Tarifária Periódica (art 3º e 4º).

As empresas que tiverem perda de receita, terão o direito à sua recuperação, através de subvenção econômica custeada por recursos financeiros oriundos do Tesouro, conforme dispõe a Lei n.º 10.604 de 17 de dezembro de 2002.

A Resolução ANEEL n.º 609 de 05 de novembro de 2002 estipulou o prazo máximo para cadastramento dos clientes até 31 de março de 2003. A partir dessa data, a Sociedade e suas controladas estimam que o número de consumidores classificados na Subclasse Residencial Baixa Renda será menor.



A Resolução ANEEL n.º 41, de 31 de janeiro de 2003, estabelece a metodologia para cálculo da diferença de receita das concessionárias de distribuição de energia elétrica em virtude da nova classificação. A CPFL e Piratininga estão adaptando seus sistemas de informação para obter os valores resultantes dessa nova classificação. O saldo apurado no período compreendido entre abril de 2002 a março de 2003 será computado quando do cálculo do Índice de Reajuste Tarifário Anual – IRT, ou da Revisão Tarifária Periódica (art. 3.º e 4.º).

6 - Coligadas, Controladas ou Controladora

Estão registrados nesta rubrica principalmente os dividendos a receber das controladas CPFL e CPFL Geração, cujos saldos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 são como segue:

Curto Prazo	Controladora	
	2002	2001
VBC Energia S.A.	117	-
RGE	88	-
CPFL	2.333	1.869
CPFL Geração	1.342	1.342
TOTAL	3.880	3.211

7 - Devedores Diversos

	Consolidado	
	2002	2001
Créditos a Receber - CESP	55.325	8.113
Operações SWAP BankBoston	217.625	-
Empregados	11.861	1.975
Outros	8.092	1.387
TOTAL	292.903	11.475

Créditos a Receber CESP – Estão relacionados à transferência dos créditos da Conta de Resultado a Compensar (CRC), sendo atualizados pela variação do dólar norte-americano, acrescido de juros calculados sobre a “Taxa Libor” trimestral acrescida de Spread à taxa de 0,8125% a.a., sendo o principal amortizado semestralmente (junho e dezembro) e os encargos recebidos em parcelas mensais, a última das quais a vencer em junho de 2009. O saldo total monta R\$ 272.389, sendo R\$ 217.064 classificado no Realizável a Longo Prazo.

Operações de Swap - Registra os efeitos decorrentes de operação de swap, para substituição do risco cambial e de juro variável de financiamentos obtidos pela CPFL. (vide nota 16).

8 - Títulos e Valores Mobiliários

No consolidado, os saldos no ativo circulante e no realizável a longo prazo, são representados principalmente, por debêntures da 9ª emissão da VBC Energia S.A., transferidas para a controladora VBC Participações S.A. e subscritas pela Draftl Participações S.A., (controlada integral da CPFL).

Em 31 de dezembro de 2002 a rubrica registra o saldo de R\$ 87.869 (R\$ 24.737 em 31 de dezembro de 2001). Seu resgate se dá em 9 (nove) parcelas semestrais, tendo ocorrido o primeiro em setembro de 1999. Sua atualização está atrelada à cesta de moedas do BNDES, com juros fixos de 5% a.a. e taxa variável com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos, que em 2002 foi em torno de 55,92% a.a. (15,46% a.a. para 2001).



9 – Tributos a Compensar

Na controladora em 31 de dezembro de 2002 e 2001, os tributos compensáveis compõem-se, principalmente, por imposto de renda retido na fonte incidente sobre aplicações financeiras e juros sobre capital recebidos de controladas, sendo que os créditos tributários apurados até 31 de dezembro de 2001 estão atualizados monetariamente pela “taxa Selic”.

Os saldos no consolidado são compostos como segue:

	Consolidado	
	Curto Prazo	
	2002	2001
Antecipações de CSSL	14.171	4.149
Antecipações de IRPJ	77.762	21.878
ICMS Sobre Imobilizado	29.294	3.136
Imposto de Renda a Compensar	101.152	9.425
INSS - Recolhimento a Maior	2.241	230
SAT - Recolhimento a Maior	1.340	-
Outros	887	165
Total	226.847	38.983

10 – Diferimento de Custos Tarifários

	Consolidado							
	ATIVO				PASSIVO			
	Curto Prazo		Longo Prazo		Curto Prazo		Longo Prazo	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Energia Comprada - Itaipu	248.378	7.985	170.526	27.129	-	861	-	-
Encargo de Serviço do Sistema	5.227	1.236	95.804	618	-	-	-	-
Transporte Itaipu	1.654	134	1.890	260	-	-	-	-
Energia Comprada - Outros	-	-	63.366	10.340	-	-	(735)	3.926
Conta Consumo Combustível – CCC	3.547	2.649	64.958	9.840	910	-	538	-
Encargos da Rede Básica	43.853	2.215	17.559	3.730	-	-	-	-
Reserva Global de Reversão – RGR	-	-	1.205	191	-	-	5.999	1.116
Taxa de Fiscalização	-	-	460	78	-	-	273	51
Encargos de Conexão	-	-	1.165	215	-	-	-	-
Total	302.659	14.219	416.933	52.401	910	861	6.075	5.093

A Medida Provisória nº 2227, de 4 de setembro de 2001, em conjunto com as Portarias Interministeriais nº 296, de 25 de outubro de 2001 e nº 25, de 24 de janeiro de 2002, e Resolução nº. 90 de 18 de fevereiro de 2002 da ANEEL, criaram mecanismo de compensação das variações ocorridas dos custos não gerenciáveis incorridos pelas empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica, que compõem o reajuste anual das suas tarifas, a saber:

- ✓ Tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional;
- ✓ Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional;
- ✓ Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC;
- ✓ Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica;
- ✓ Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos;
- ✓ Energia comprada estabelecida nos contratos iniciais;
- ✓ Quota de Reserva Global de Reversão – RGR;
- ✓ Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica – TFSEE; e
- ✓ Encargos de conexão.

Dessa forma, os custos pagos a maior ou a menor dos itens acima listados, que foram contabilizados no curto prazo, apurados no período de 26 de outubro de 2001 a 10 de março de 2002, foram computados



no cálculo do reajuste tarifário de abril de 2003 para a CPFL e RGE, e no mês de outubro de 2003 para a Piratininga. Os valores incluídos na Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" são reajustados com base na variação da taxa SELIC.

Os saldos de longo prazo são representados pelos custos do período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, e foram homologados pela ANEEL através da Resolução nº 482 de 29 de agosto de 2002 (vide nota nº 3). A recuperação destes custos diferidos se dará através da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE prevista na Lei nº 10.438, dentro de um prazo de 75 meses para a CPFL e de 63 meses para a Piratininga conforme definido pela Resolução ANEEL nº 484 de 29 de agosto de 2002.

11 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em atendimento às disposições da Deliberação CVM nº. 273/1998 e da Instrução CVM nº. 371/2002, foram registrados, nas controladas, créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, de bases negativas de contribuição social e diferenças intertemporais, os quais não possuem prazo de prescrição para sua recuperação. Esses créditos estão registrados no ativo realizável a longo prazo, considerando a expectativa de sua realização determinada com base nas projeções de resultados futuros das controladas e no limite de 30% para compensação anual dos lucros tributáveis.

➤ Composição dos Saldos

A composição dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos, por natureza, em 31 de dezembro de 2002 e 2001, é como segue:

	Consolidado	
	2002	2001
Crédito de Imposto de Renda sobre:		
Prejuízos Fiscais	98.295	6.063
Diferenças Intertemporais	48.173	7.880
Crédito de Contribuição Social sobre:		
Base Negativa	43.721	1.581
Diferenças Intertemporais	12.735	2.092
TOTAL	202.924	17.616



➤ **Composição dos Efeitos no Resultado do Exercício**

	CONSOLIDADO			
	2002		2001	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
PREJUÍZO ANTES DO IRPJ E CSLL	(813.456)	(813.456)	(210.700)	(210.700)
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:				
- Amortização de Ágio	103.447	38.021	8.368	8.368
- Provisões Indedutíveis	27.614	6.208	(3.841)	(386)
- Realizações da CMC - Lei 8200/91	-	17.830	-	-
- Provisão do Plano de Previdência	27.370	27.370	-	-
- Amortização da Variação Cambial	7.326	7.326	-	-
- Outras Adições (Exclusões) Líquidas	34.617	54.299	2.317	(554)
BASE DE CÁLCULO DOS IMPOSTOS	(613.082)	(662.402)	(203.856)	(203.272)
- Compensação da Base Negativa	11.000	7.927	(8.851)	-
- Alíquota Aplicável	25%	9%	25%	9%
	150.521	58.903	53.177	17.888
- Ajustes Perdas Cisão da Bandeirante Energia S/A	-	-	(3.105)	(824)
- Créditos não Constituídos por Incerteza de Realização	(87.960)	(31.668)	(63.917)	(23.009)
CRÉDITO (DESPESA) DE IRPJ E CSLL (a)	62.561	27.235	(13.846)	(5.945)
Diferenças Temporariamente Indedutíveis				
- Provisões Indedutíveis	27.614	5.736	(981)	(386)
- Amortização da Variação Cambial	7.326	7.326	(5.172)	(5.172)
- Provisão para Perdas	-	-	724	724
- Outras Adições (Exclusões) Líquidas	(1.444)	13.428	1.104	4.246
BASE DE CÁLCULO DOS IMPOSTOS	33.496	26.490	(4.325)	(588)
- Alíquota Aplicável	25%	9%	25%	9%
CRÉDITO (DESPESA) DE IRPJ E CSLL (b)	8.374	2.384	(1.081)	(53)
TOTAL DO CRÉDITO (DESPESA) DE IRPJ E CSLL (a + b)	70.935	29.619	(14.927)	(6.016)

➤ **Expectativa de recuperação**

As controladas estimam realizar os principais créditos nos seguintes prazos:

<u>Expectativa de recuperação anual</u>	<u>Consolidado</u>
2003	12.825
2004	15.670
2005	26.911
2006	34.668
2007	50.886
De 2008 a 2010	61.964
Total	202.924



12 – Investimentos

12.1 - Bens de Renda

No consolidado, por determinação da ANEEL, os bens do ativo imobilizado relacionados ao empreendimento na UHE de Serra da Mesa, por estarem arrendados à Furnas, são apresentados nesta rubrica, para atender ao Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica. A composição dos referidos bens, é como segue:

	Consolidado				
	2002			2001	
	Taxa Média Anual de Depreciação	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Terrenos		4.203	-	4.203	255
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2,00%	105.162	(10.004)	95.158	5.895
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,83%	521.086	(53.039)	468.047	29.058
Máquinas e Equipamentos	5,93%	303.818	(41.582)	262.236	16.444
Veículos	20,00%	91	(65)	26	3
Outros	10,00%	18	(9)	9	1
		<u>934.378</u>	<u>(104.699)</u>	<u>829.679</u>	<u>51.656</u>

12.2 - Participações Societárias Permanentes

Em 31 de dezembro de 2002 e 2001, a Sociedade detém participações societárias permanentes nas seguintes controladas:

Investidas	2002	2001
Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL	2.960.274	848.501
CPFL Geração de Energia S.A.	660.466	44.903
Total	<u>3.620.740</u>	<u>893.404</u>



As principais informações sobre as participações societárias permanentes são como segue:

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL	2002		2001	
	CPFL	CPFL Geração	CPFL	CPFL Geração
Quantidade de Ações				
Ações Ordinárias	12.491.806.783	47.253.679.149	12.814.692.661	45.410.729.892
Ações Preferenciais	22.644.273.121	90.233.854.015	24.511.914.583	88.396.977.248
Total de Ações	35.136.079.904	137.487.533.164	37.326.607.244	133.807.707.140
Ações em Tesouraria	1.531.019.189	-	2.190.527.340	-
Em Poder da Investidora				
- Ações Ordinárias	12.084.041.723	46.159.647.577	2.741.331.296	2.741.331.297
- Ações Preferenciais	19.819.681.162	85.307.915.434	5.041.353.634	5.368.907.881
- Total de Ações	31.903.722.885	131.467.563.011	7.782.684.930	8.110.239.178
Part. no Capital %				
- Votante	96,7357%	97,6848%	21,3921%	6,0367%
- Total	90,8005%	95,6214%	20,8502%	6,0611%
- Ajustada (1)	94,9373%	-	22,1501%	-
Na Investida				
Capital Social Integralizado	3.044.835	689.618	3.214.417	667.801
Resgate de Ações Preferencias	166.085	-	169.582	-
Dividendos	164.386	-	194.935	22.723
Resultado do Exercício	(382.096)	(71.082)	8.883	97.656
Patrimônio Líquido (2)	3.118.136	690.710	3.830.703	740.853
Na Investidora				
Investimentos	2.960.273	660.466	848.501	44.903
Resultado de Participações Societárias	(289.454)	(54.767)	1.968	5.919

(1) A Participação é ajustada em função das ações em tesouraria

(2) Na CPFL são deduzidos os Recursos Destinados à Aumento de Capital, no valor de R\$ 6.918, em 31 de dezembro de 2002 e 2001.

Da totalidade das ações da controlada CPFL detidas pela Sociedade, 54,46% estão caucionadas em garantia de suas emissões de debêntures e notas promissórias.

12.3 - Ágio / Deságio

Investida	Controladora			2001
	2002		Líquido	
	Ágio (Deságio)	Amortização		Líquido
Ágio - CPFL	651	(92)	559	628
Deságio - CPFL Geração	(12.828)	1.807	(11.021)	(12.303)
Total	(12.177)	1.715	(10.462)	(11.675)



A composição do ágio no consolidado é a seguinte:

<u>Investidora</u>	<u>Investida</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>2002</u>	<u>2001</u>
CPFL Energia	CPFL	559	628
CPFL Energia	CPFL Geração	(11.021)	(12.303)
CPFL	RGE	643.105	158.995
DRAFT I	Piratininga	320.591	81.198
CPFL Geração	Semesa S/A	383.805	25.847
CPFL Geração	Foz do Chapecó	770	-
CPFL Geração	Campos Novos	15.693	-
CPFL Geração	Barra Grande	6.161	-
Total		1.359.663	254.365

No consolidado os ágios nas aquisições da RGE, Piratininga e SEMESA, estão sendo amortizados de acordo com as disposições das Instruções CVM n.º 247/96 e 285/98, pelo prazo de 10 anos, em função da expectativa de rentabilidade futura daquelas controladas.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital registrados no realizável a longo prazo, no valor de R\$ 222.164, foram destinados à controlada CPFL.



13 – Imobilizado

Consolidado				
	Custo	Depreciação e Amortização Acumulada	2002 Valor Líquido	2001 Valor Líquido
Em Serviço				
Distribuição	4.786.797	(2.174.601)	2.612.196	557.678
Intangíveis	47.623	(4.460)	43.163	9.325
Terrenos	42.119	-	42.119	8.936
Edificações Obras e Benfeitorias	142.930	(63.095)	79.835	16.408
Máquinas e Equipamentos	4.500.479	(2.077.753)	2.422.726	518.224
Reservatórios e Baragens	9	(9)	-	-
Veículos	47.450	(25.662)	21.788	3.979
Moveis e Utensílios	6.187	(3.622)	2.565	806
Geração	194.338	(75.803)	118.535	7.095
Intangíveis	850	-	850	52
Reservatórios e Baragens	4.019	-	4.019	81
Terrenos	28.744	(18.401)	10.343	655
Edificações Obras e Benfeitorias	34.005	(19.281)	14.724	931
Máquinas e Equipamentos	125.607	(37.268)	88.339	5.362
Veículos	32	(32)	-	2
Moveis e Utensílios	1.081	(821)	260	12
Comercialização	283.516	(131.178)	152.338	46.562
Intangíveis	1.601	(111)	1.490	41
Terrenos	216	-	216	63
Edificações Obras e Benfeitorias	8.576	(5.464)	3.112	766
Máquinas e Equipamentos	270.884	(124.348)	146.536	45.471
Veículos	1.587	(915)	672	114
Moveis e Utensílios	652	(340)	312	107
Administração	170.068	(97.383)	72.685	17.486
Intangíveis	39.917	(15.179)	24.738	5.120
Terrenos	3.163	-	3.163	725
Edificações Obras e Benfeitorias	43.313	(32.582)	10.731	4.112
Máquinas e Equipamentos	29.261	(19.593)	9.668	2.790
Veículos	12.944	(11.298)	1.646	288
Moveis e Utensílios	41.470	(18.731)	22.739	4.451
Sub-Total	5.434.719	(2.478.965)	2.955.754	628.821
Em Curso				
Distribuição	85.222	-	85.222	33.728
Geração	494.263	-	494.263	2.407
Comercialização	2.287	-	2.287	887
Administração	15.274	-	15.274	4.108
Sub-Total	597.046	-	597.046	41.130
Adiantamentos a Fornecedores	964	-	964	59
Total do Imobilizado	6.032.729	(2.478.965)	3.553.764	670.010
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão			(495.061)	(100.736)
Total Líquido			3.058.703	569.274

A taxa de depreciação média dos ativos é aproximadamente 5,1% no consolidado (5% em 2001). De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.



Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador, e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

14 - Diferido

	Consolidado			
	2002			2001
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Ágio de Incorporação	3.647.724	(1.233.448)	2.414.276	615.701
Diferimento Variação Cambial	81.746	(53.406)	28.340	13.717
Despesas Pré-Operacionais	28.879	(891)	27.988	5.935
Despesas com Emissão de Debêntures	6.036	(943)	5.093	877
Outras	-	-	-	-
Soma	3.764.385	(1.288.688)	2.475.697	636.230
Diferido em Curso	31.391	-	31.391	-
Total do Diferido	3.795.776	(1.288.688)	2.507.088	636.230

Ágio de Incorporação - refere-se ao ágio decorrente da incorporação da DOC4 Participações S.A. pela CPFL e do ágio decorrente da incorporação da DOC3 Participações S.A. pela RGE, estando fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da controlada CPFL e da controlada em conjunto RGE, e estão sendo amortizados por um prazo de 10 anos.

Variação Cambial - de acordo com as deliberações CVM n.ºs 404 e 409/2001, a controlada CPFL e a controlada em conjunto RGE optaram por diferir o resultado líquido negativo decorrente do ajuste dos valores em reais de obrigações e créditos denominados em moeda estrangeira, ocorrido no ano de 2001. O valor diferido será amortizado linearmente, respeitando as datas de vencimentos dos contratos, em até 4 (quatro) anos, a partir do exercício de 2001, inclusive.

15 – Fornecedores

	Consolidado	
	2002	2001
Suprimento de Energia Elétrica	575.131	114.701
MAE/Co-geração	39.875	7.084
Encargos de Uso da Rede Elétrica	36.245	7.362
Encargos de Serviço do Sistema	64.072	13.206
Materiais / Serviços	75.500	6.358
Energia Livre	69.456	-
Outros	4.941	1.211
TOTAL	865.220	149.922

O saldo de fornecedores no exigível a longo prazo refere-se a transações relacionadas a energia livre a ser repassada aos geradores (Vide Nota 3).



16 - Empréstimos e Financiamentos

Em 25 de outubro de 2002, a Sociedade emitiu 1.800 Notas Promissórias com valor nominal unitário de R\$ 500, perfazendo um total de R\$ 900.000. O valor total da emissão foi captado em duas tranches, sendo a primeira liberada em 25 de outubro de 2002, no valor de R\$ 875.000 e a segunda em 31 de outubro de 2002 no valor de R\$ 25.000, ambas com juros remuneratórios, de 117% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros ("Taxa DI") divulgada pela CETIP e prazo de vencimento de 180 dias a contar da data de sua liberação. Em 31 de dezembro de 2002, o saldo a pagar, relacionado a essas notas, totaliza R\$ 937.834.

No consolidado as principais informações dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 são como segue:

	Consolidado					
	2002			2001		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
	Circulante	Longo Prazo		Circulante	Longo Prazo	
MOEDA NACIONAL						
Instituições Financeiras	10.807	1.614.193	29.743	115	16.132	9.527
BNDES	12.625	231.334	19.312	2.967	32.524	33.438
BNDES - Investimento	380	21.818	79.961	297	10.486	29.443
BNDES - Ativo Regulatório	12.522	276.742	629.715	-	-	-
BNDES - FINEM	1.292	10.024	41.757	-	-	-
BRDE	6.876	6.986	42.362	932	1.278	9.660
Furnas C. Elétricas S/A	-	-	40.624	-	-	1.443
Outras	594	22.237	21.662	191	2.111	5.073
Soma	45.096	2.183.334	905.136	4.502	62.531	88.584
MOEDA ESTRANGEIRA						
Floating Rate Notes	1.595	53.544	1.008.890	263	-	154.191
Swap - Floating Rate Notes	-	-	-	4.733	-	-
Instituições Financeiras	33.293	105.485	361.852	859	126.780	79.477
Soma	34.888	159.029	1.370.742	5.855	126.780	233.668
TOTAL	79.984	2.342.363	2.275.878	10.357	189.311	322.252

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional estão sujeitos a encargos e taxas variáveis de mercado. Sua composição por tipo de indexador é como segue

Indexador	Consolidado			
	Oscilação em %		Composição da Dívida em %	
	2002	2001	2002	2001
UMBND	55,92	15,36	8,40	28,34
URTJLP	22,04	21,22	4,94	24,73
SELIC	19,16	17,32	29,34	0,00
CDI	16,31	17,28	52,81	15,89
IGPM	25,31	10,37	1,79	10,58
Outros	-	-	2,72	20,46
			100,00	100,00

BNDES - Corresponde principalmente ao financiamento para aquisição de participação na Bandeirante Energia S.A., quando de sua privatização (a Bandeirante teve seu patrimônio parcialmente cindido em 1º de outubro de 2001, sendo parte do seu acervo líquido incorporado pela Piratininga – empresa na qual a CPFL mantém participação através da controlada Draft I). Este empréstimo vem sendo amortizado em 09 (nove) parcelas semestrais, a partir de setembro de 1999, estando sua liquidação final prevista para setembro de 2003. Sua atualização está atrelada à cesta de moedas do BNDES ("UMBND", cujo maior indexador é o dólar norte americano), com juros fixos de 5% a.a., e variáveis com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos, que em 2002



foi em torno de 55,92% a.a. (15,46% a.a. em 2001). Como garantia, estão vinculadas ações representativas do capital da Piratininga, detidas pela Draft I.

Inclui financiamento à CPFL Geração destinado a repotenciação de PCH's (pequenas centrais hidrelétricas), que será amortizado em 84 parcelas mensais e sucessivas, a partir de fevereiro de 2003. Sua atualização está atrelada, parte à cesta de moedas do BNDES ("UMBND"), cujo maior indexador é o dólar norte-americano e parte à TJLP, com juros de 3,5% a.a., e variáveis com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos. O empréstimo está garantido por aval da controlada CPFL.

BNDES – Investimento - Corresponde a financiamento aos programas de investimentos. Está dividido em duas tranches "A" e "B", tendo 18 e 30 meses de carência, respectivamente, sendo amortizado em 78 parcelas mensais e sucessivas a partir de outubro de 2000 e outubro de 2001, respectivamente, com atualização pela TJLP e juros de 3,25% ao ano. Como garantia, está vinculada a receita proveniente da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica. Inclui o empréstimo da controlada em conjunto RGE, com atualização pela TJLP e juros de 3,9% ao ano, amortização mensal, com último vencimento em 15 de setembro de 2007 e cuja garantia está vinculada à receita da empresa.

BNDES – Ativo Regulatório - Corresponde a financiamento relacionado ao Programa Emergencial de Racionamento de Energia Elétrica totalizando R\$ 918.979. Na controlada CPFL está dividido em duas tranches nos valores de R\$ 567.366 e R\$ 151.759, relacionadas às "Perdas no Racionamento" e Parcela "A" de Longo Prazo, respectivamente, sendo que a primeira está sendo amortizada em 62 parcelas mensais, a partir de 15 de março de 2002 e a segunda em 13 parcelas a partir de 15 de maio de 2007, ambas atualizadas monetariamente pela variação da taxa "Selic", acrescida de juros remuneratórios de 1,0% ao ano.

Na controlada Piratininga, está dividido em duas tranches nos valores de R\$ 228.711 e R\$ 52.437 relacionadas às "Perdas no Racionamento" e Parcela "A" de Longo Prazo, respectivamente, sendo que a primeira está sendo amortizada em 54 parcelas mensais, a partir de 15 de março de 2002 e a segunda em 9 parcelas a partir de 15 de setembro de 2006, ambas atualizadas monetariamente pela variação da taxa "Selic", acrescida de juros remuneratórios de 1,0% ao ano.

Na controlada em conjunto RGE, inclui a liberação de recursos relacionados a Parcela "A" de Longo Prazo e Energia Livre, nos montantes de R\$ 32.757 e R\$ 6.454, respectivamente, ambas atualizadas monetariamente pela variação da taxa "Selic", acrescida de juros remuneratórios de 1,0% ao ano.

Na controlada CPFL Geração, o empréstimo relacionado ao racionamento de energia no valor de R\$ 6.931, está sendo amortizado em 60 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de março de 2003. Sobre o principal da dívida incidem juros de 1,00% ao ano acima da taxa Selic, tendo também como avalista a CPFL.

Furnas - O empréstimo junto a Furnas, na controlada CPFL Geração, está sujeito à atualização pela variação do IGP-M e juros de 10% a.a., com vencimento em 24 parcelas mensais a partir de 2008, tendo como garantia a energia produzida pela UHE Serra da Mesa, conforme Contrato Geral assinado entre a Semesa S.A. e Furnas Centrais Elétricas S.A.

Floating Rate Notes - Refere-se à captação de recursos no mercado externo efetuada pela CPFL, no montante de US\$ 300 milhões, realizada no segundo trimestre de 2001, para fins de aquisição do controle acionário da RGE, contratados junto a um consórcio de bancos, liderado pelo BankBoston. Esse empréstimo tem prazo de vencimento final de 5 anos e carência de 20 meses para início do pagamento do principal, sendo que os juros vêm sendo pagos semestralmente a partir de dezembro de 2001. Através de mecanismo de "swap", toda esta dívida foi convertida para custo local, correspondente a 93,65% e 94,75% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), respectivamente, para as parcelas de US\$ 100 milhões e US\$200 milhões. Como garantia, foram concedidas notas promissórias e cartas de fiança.

BRDE - Refere-se a contrato de abertura de crédito, assumido pela controlada em conjunto RGE no processo de cisão e privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, sendo atualizado pelo IGPM, acrescido de juros de 12% ao ano. As amortizações são mensais com vencimento final previsto para 30 de setembro de 2006, tendo como garantia a arrecadação de venda de energia da RGE.



Instituições Financeiras – Contempla empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira com seguinte composição:

- I. Moeda Nacional – Inclui, além das notas promissórias anteriormente citadas, empréstimos obtidos junto a instituições financeiras, para a cobertura do fluxo de caixa operacional das controladas, sendo atualizados pela variação do CDI.
- II. Moeda Estrangeira – Estão relacionados com negociações realizados no âmbito do Plano Brady intermediado pelo Banco do Brasil, dívidas da Resolução 63 com a finalidade de cobertura do giro da Sociedade, bem como à captação de recursos realizada em 2000 pela Sul Geradora Participações S.A., controlada em conjunto RGE, através de operação de *Trade Finance*, tendo como garantia o aval da RGE e cartas de fianças.

No consolidado o saldo principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, tem vencimentos assim programados:

Vencimento	Consolidado	
	2002	2001
2004	742.232	43.051
2005	525.716	87.488
2006	589.885	80.008
Após 2006	418.045	111.705
TOTAL	2.275.878	322.252

No consolidado os empréstimos e financiamentos com diversas instituições financeiras em moeda estrangeira têm a seguinte composição de longo prazo:

Instituições Financeira Moeda Estrangeira	Vencimento (Anos)	Amortização	Garantias	Indexador	Taxa de Juros	Consolidado	
						2002	2001
1) Banco do Brasil - Plano Brady							
Debt Conversion Bond	18	17 parcelas semestrais	Vinculação de Receitas	US\$	Libor 6 meses + 7/8% a.a.	35.717	4.480
New Money Bond	15	17 parcelas semestrais	Vinculação de Receitas	US\$	Libor 6 meses + 7/8% a.a.	6.095	1.048
FLIRB	15	13 parcelas semestrais	Vinculação de Receitas	US\$	Libor 6 meses + 13/16% a.a.	6.186	1.063
C-Bond	20	21 parcelas semestrais	Vinculação de Receitas	US\$	8% a.a.	39.392	5.730
Discount Bond	30	única ao final de 30 anos	Depósito em garantia e Receitas	US\$	Libor 6 meses + 13/16% a.a.	30.797	5.196
PAR-Bond	30	única ao final de 30 anos	Depósito em garantia e Receitas	US\$	6% a.a.	44.136	6.420
EI Bond - Bônus de Juros	12	19 parcelas semestrais	Vinculação de Receitas	US\$	Libor 6 meses + 13/16% a.a.	9.515	1.938
2) Banco BBA Creditanstalt S.A	4	8 parcelas semestrais	Notas Promissórias	US\$	Libor 6 meses + 5,75% a.a.	-	1.325
3) BankBoston Trade Finance	5	12 parcelas trimestrais	Cartas de Fiança	US\$	Libor + 2,25% a.a.	190.014	52.277
TOTAL						361.852	79.477



17 - Debêntures

Em 31 de dezembro de 2002 e 2001, o saldo de debêntures é como segue:

Controladora								
Emissão	Quantidades		Forma	Remuneração	2002		2001	
	Emitida	Colocada			Curto Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	
1.ª série	2.313	2.313	Pública	IGP-M + 13% a.a.	155.812	155.090	115.650	
2.ª série	6.937	6.937	Pública	103,5% da Taxa DI	391.926	432.147	346.850	
3.ª série	937	937	Pública	IGP-M + 13% a.a.	63.120	62.827	46.850	
4.ª série	2.813	2.813	Pública	103,5% da Taxa DI	158.928	175.238	140.650	
					769.786	825.302	650.000	

A Sociedade em 1º. de maio de 2000, emitiu para distribuição pública, em 4 séries, 13.000 debêntures nominativas escriturais, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 100, perfazendo o total de R\$ 1.300.000. A Sociedade em 03 de maio de 2002 amortizou a primeira parcela de principal e juros dessas debêntures, que totalizou R\$ 911.614. O saldo das 1ª. e 3ª. séries são atualizadas pela variação do IGP-M mais juros pré-fixados de 13% a.a. e as 2ª. e 4ª. séries são atualizadas por 103,5% da variação do CDI, sendo que a amortização da segunda parcela de principal e juros tem vencimento programado para 1º. de maio de 2003.

No consolidado a composição do saldo de debêntures em 31 de dezembro de 2002 e 2001 é como segue:

Consolidado									
Emissor	Emissão	Quantidades		Forma	Remuneração	2002		2001	
		Emitida	Colocada			Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
CPFL Energia	1.ª série	2.313	2.313	Pública	IGP-M + 13% a.a.	155.812	-	155.090	115.650
CPFL Energia	2.ª série	6.937	6.937	Pública	103,5% da Taxa DI	391.926	-	432.147	346.850
CPFL Energia	3.ª série	937	937	Pública	IGP-M + 13% a.a.	63.120	-	62.827	46.850
CPFL Energia	4.ª série	2.813	2.813	Pública	103,5% da Taxa DI	158.928	-	175.238	140.650
SEMESA (a)	2.ª emissão	69.646	58.000	Pública	TJLP+4 a 5% a.a.	86.421	613.143	4.629	40.588
CPFL (b)	1.ª série	44.000	44.000	Particular	IGP-M+ 11,5% a.a.	-	588.364	-	104.118
CPFL (c)	2.ª série	45.000	30.142	Particular	CDI+ 0,6% a.a.	-	301.420	-	66.765
						856.207	1.502.927	829.931	861.471

(a) As debêntures da 2ª emissão da VBC Energia S.A., foram transferidas, em 21 de dezembro de 2001, para a controlada SEMESA, por estarem vinculadas ao financiamento da construção da Usina de Serra da Mesa. Essas debêntures são atualizadas com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de juros de 4 a 5% ao ano. As debêntures têm vencimento programado para o ano de 2009.

(b) Com o propósito de alavancar recursos complementares à aquisição do controle acionário da RGE, em julho de 2001 a CPFL concluiu a colocação e venda de 100% da emissão de 44.000 debêntures da primeira série, equivalentes a R\$ 440.000, com prazo de vencimento em 7 anos, remuneração anual com base na variação do IGP-M, acrescida de juros de 11,50% ao ano.

(c) Refere-se à colocação e venda de aproximadamente 67% das 45.000 debêntures, correspondentes à segunda série, cujo valor total equivale a R\$ 450.000, com prazo de 5 anos e remuneração anual com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, “over extra grupo”, acrescida de spread de 0,6% ao ano. Como resultado da colocação da segunda série de debêntures, a CPFL obteve R\$ 301.420 em novos recursos, restando R\$ 148.580 em papéis baseados na variação do CDI que foram cancelados em dezembro de 2001.



18 – Entidade de Previdência Privada

As controladas CPFL, CPFL Geração e Piratininga, através da Fundação CESP, e a controlada em conjunto RGE, através da Fundação ELETROCEEE, mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados.

I – CPFL e CPFL Geração

Em 27 de outubro de 1997, a Secretaria de Previdência Complementar, através do Ofício nº 726/SPC/CGOF/COJ, aprovou o Regulamento do Plano Misto de Benefícios que transformou o plano de Benefício Definido, para Plano Misto, com as seguintes características:

- a) Constituição de um benefício salgado - BSPS, proporcional ao tempo de contribuição de cada participante do plano, no conceito de contribuição definida;
- b) Adoção de um modelo misto, que contempla as aposentadorias de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido e as aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição definida.
- c) A modificação do Plano Previdenciário em setembro de 1997, exigiu da CPFL E CPFL Geração assunção de uma reserva a amortizar apurada pelos Atuários externos da Fundação CESP, a qual vem sendo amortizada, em 240 parcelas mensais, a partir de setembro de 1997, acrescidas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV).

II – Piratininga

A Piratininga é responsável pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados ativos a ela transferidos e os empregados aposentados na antecessora Bandeirante Energia S/A desde 01/01/98 até 30/09/2001.

Em 02 de abril de 1998 a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um “Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado – BSPS”, e um “Plano de Benefícios Misto”, similar ao da CPFL, com as seguintes características:

- a) **Plano de Benefício Definido (“BD”)** – vigente até 31.03.98 – plano de benefício salgado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia, reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da CPFL Piratininga.
- b) **Plano de Benefício Definido** – vigente após 31.03.98 – plano do tipo BD, que concede renda vitalícia, reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31.03.98) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31.03.98. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a Piratininga e os participantes.
- c) **Plano de Contribuição Definida** – implantado junto com o Plano BD Vigente após 31.03.98, é um plano previdenciário, que até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Piratininga. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a poder gerar responsabilidade atuarial para a Piratininga.

III – RGE

O plano de suplementação é do tipo “Benefício Definido” com regime financeiro de capitalização.

A patrocinadora é responsável pela cobertura dos déficits apurados no plano de benefício da Fundação e conforme o § 2º da cláusula XXII do Regulamento da Fundação ELETROCEEE, a contribuição da patrocinadora será equivalente à totalidade das contribuições vertidas pelos participantes em um mesmo período.



Deliberação CVM nº 371 - Contabilização dos Planos de Pensão

Encargos	Consolidado				
	2002		2001		
	Principal		Principal		
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo	
Fundação CESP - Dívida	83	36.936	722.416	5.289	122.502
Fundação CESP - Contribuições Normal	-	646	-	-	-
Fundação CESP - Outros Benefícios	-	5.784	2.440	1.631	3
Fundação ELETROCEEE - Dívida	507	1.116	13.934	319	3.058
Fundação ELETROCEEE - Contribuição Normal	-	450	1.470	98	356
Fundação ELETROCEEE - Outros Benefícios	-	3.789	12.402	818	2.981
Total	590	48.721	752.662	8.155	128.900

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado, estando os ativos dos planos posicionados em 31 de dezembro de 2002, conforme facultado pela Interpretação Técnica do IBRACON nº 01/01, referendada pela CVM através do Ofício Circular CVM/SEP/SNC/nº 01/2002.

Demonstramos a seguir a situação dos Planos, com base em parecer dos atuários externos, para o período findo em 31 de dezembro de 2002, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº. 371/00:

Descrição	CPFL	Piratinga	Geração	RGE
1. Conciliação dos ativos e passivos				
Vr presente das obrigações atuariais com cobertura	(1.866.037)	(432.768)	(40.008)	(89.159)
Valor justo dos ativos do plano	1.108.500	244.731	22.931	70.354
Vr presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(757.537)	(188.037)	(17.077)	(18.805)
Ajustes por diferimentos permitidos				
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidas	196.213	43.575	5.629	(25.650)
Aumento do passivo na adoção da CVM 371	517.233	131.134	10.611	33.122
Passivo atuarial líquido a ser reconhecido	(44.091)	(13.328)	(837)	(11.333)
2. Movimentação dos ativos do plano				
Valor justo dos ativos no início do plano	890.880	177.697	18.814	62.996
Benefícios pagos no ano	(116.058)	(19.717)	(2.393)	(1.256)
Contribuições de participantes		2.827		1.567
Contribuições da patrocinadora	186.474	46.079	3.917	2.085
Rendimento efetivo dos ativos	147.204	37.845	2.593	4.962
Valor justo dos ativos do plano ao final do ano	1.108.500	244.731	22.931	70.354
3. Movimentação dos passivos do plano				
Valor das obrigações no início do ano	(1.537.422)	(341.615)	(32.078)	(104.398)
Custo do serviço corrente bruto	(784)	(2.595)	(39)	(2.596)
Juros sobre a obrigação atuarial	(238.915)	(53.087)	(4.985)	(9.803)
Benefícios pagos no ano	116.058	19.717	2.393	1.256
Obrigações	(204.974)	(55.188)	(5.299)	26.382
Valor das obrigações calculadas ao final do ano	(1.866.037)	(432.768)	(40.008)	(89.159)
4. Despesa a ser reconhecida no ano				
Custo do serviço	(784)	(2.595)	(39)	(2.596)
Juros sobre obrigações atuariais	(238.915)	(53.087)	(4.985)	(9.803)
Rendimento esperado dos ativos do plano	138.443	27.614	2.924	5.915
Aumento do passivo na adoção do pronunciamento	(106.348)	(32.784)	1.465	(8.280)
Total da despesa	(207.604)	(60.852)	(635)	(14.764)
Contribuições esperadas dos participantes		1.445		1.346
Total	(207.604)	(59.407)	(635)	(13.418)



Premissas Atuariais

	CPFL, CPFL Geração e Piratininga		RGE	
	2.001	2.002	2.001	2.002
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	15,54%	11,30%	9,39%	11,30%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	15,54%	11,30%	9,39%	11,30%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	12,27%	7,10%	6,38%	7,10%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	9,00%	5,00%	3,20%	5,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para determinação das taxas nominais acima)	9,00%	5,00%	3,20%	5,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT49	UP94	AT83	UP94
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light-Média	Tábua Mercer	Light-Média	Tábua Mercer
Taxa de rotatividade esperada	Em média 2,29% a.a.	0,30/(tempo de serviço +1)	0%	0,30/(tempo de serviço +1)
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	n/d	100% na primeira eleg. a um benefício pelo Plano	n/d	100% na primeira eleg. a um benefício pelo Plano

19 – Taxas Regulamentares

	Consolidado	
	2002	2001
Reserva Global de Reversão - RGR	16.147	1.448
Taxa de Fiscalização - ANEEL	770	151
Conta Consumo de Combustível - CCC	68.308	6.241
	<u>85.225</u>	<u>7.840</u>

Reserva Global de Reversão – RGR - É um fundo de reserva administrado pela Eletrobrás, destinado a prover recursos para a União indenizar concessionários quando da expiração de suas concessões, na forma de reembolso pelo valor do ativo permanente líquido registrado nos livros. O Decreto n°. 1.771 instituiu a taxa de RGR de 2,5% sobre o imobilizado em serviço, limitado a 3,0% do total da receita operacional bruta, deduzida do ICMS.

Conta Consumo de Combustível – CCC - É uma contribuição feita pelas controladas CPFL, Piratininga e RGE para financiar o custo do combustível utilizado nos processos de operações de energia termoeletrica no sistema energético brasileiro.



20 – Tributos e Contribuições Sociais

No consolidado, em 31 de dezembro de 2002 e 2001, o saldo dos tributos e contribuições sociais a recolher é como segue:

	Consolidado	
	2002	2001
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	161.444	27.178
Programa de Integração Social – PIS	3.129	1.523
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	28.149	11.075
Instituto Nacional de Serviço Social - INSS	2.903	667
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	616	125
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	9.395	12.331
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	3.389	5.239
Outros	9.267	1.036
TOTAL	218.292	59.174

21 – Coligadas, Controladas e Controladoras

Em 31 de dezembro de 2002, no consolidado, a rubrica registra no passivo circulante o saldo de R\$ 17 referente a transações realizadas entre a Sociedade e a controladora VBC Energia S.A., em 2001 no consolidado, o saldo de R\$ 29.028 é composto pelo valor R\$ 1.492 relacionado a transações realizadas entre a controlada CPFL Geração e a controladora VBC Energia S.A. e R\$ 27.536 decorrente de transações realizadas entre as controladas CPFL e CPFL Geração, não eliminados na consolidação.

No consolidado a rubrica registra no Exigível a Longo Prazo o saldo de R\$ 315.965, (R\$ 13.768 no consolidado proporcional em 2001) relacionado à segunda parcela a pagar à VBC Energia S.A. referente à aquisição da SEMESA pela controlada CPFL Geração. Este valor está sendo atualizado monetariamente pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 9,5% ao ano.

22 - Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2002 e 2001, no consolidado os saldos das provisões se constituem como segue:.

	Consolidado					
	2002			2001		
	Valor da Provisão		Depósitos	Valor da Provisão		Depósitos
	No exercício	Acumulada	Judiciais	No exercício	Acumulada	Judiciais
Trabalhistas						
Diversos	3.454	23.583	3.374	1.043	4.459	683
Sub total	3.454	23.583	3.374	1.043	4.459	683
Cíveis						
Danos Pessoais	-	9.840	-	38	2.180	-
Majoração Tarifária	(1.284)	39.404	5.404	1.389	9.011	431
Outros	(112)	1.087	329	266	266	59
Sub total	(1.396)	50.331	5.733	1.693	11.457	490
Fiscais						
FINSOCIAL - Litígio	-	19.358	50.253	90	4.288	11.131
PIS	4.850	9.290	-	523	983	-
COFINS - liminar	24.041	44.523	2.317	2.411	4.537	513
COFINS - Major Alíquota	-	-	-	(2.589)	-	-
Imposto de Renda	14.342	14.342	-	-	-	-
Outras	(1.361)	8.651	5.728	792	2.218	903
Sub total	41.872	96.164	58.298	1.227	12.026	12.547
TOTAL	43.930	170.078	67.405	3.963	27.942	13.720

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos iminentes de perdas, na opinião dos assessores legais e da Administração da controladora e de suas controladas. A natureza e os riscos relacionados a contingências são sumariados como segue:



Trabalhistas – Referem-se a ações ajuizadas. No consolidado, nos termos do protocolo de cisão da Bandeirante, a Piratininga é responsável pelas obrigações correspondentes aos riscos contingentes dos empregados locados nas respectivas regiões por ela assumidas, enquanto que as ações corporativas, anteriores à data da efetivação da cisão, 1º de outubro de 2001, são assumidas na proporção percentual dos controladores antes da referida cisão (56% para a Bandeirante e 44% para a CPFL Piratininga).

Danos Pessoais – Referem-se a pleitos de indenizações não cobertas por apólices de seguros, com perdas consideradas possíveis.

Majoração Tarifária – Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes concedidos pelas Portarias DNAEE nºs. 38 e 45/1986, quando estava em vigor o congelamento de preços do “Plano Cruzado”.

Finsocial em Litígio – Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração tarifária e cobrança do Finsocial, do período de junho de 1989 a outubro de 1991. A CPFL obteve liminares que garantiram o não recolhimento mediante depósito judicial. Os depósitos judiciais estão registrados na rubrica “Depósitos Vinculados a Litígios”, no ativo realizável a longo prazo, sendo atualizados pela variação da Taxa Referencial Diária (TRD).

COFINS/PIS – Refere-se a questionamento judicial quanto à inclusão das receitas financeiras e não operacionais na base de cálculo do PIS e Cofins, com respaldo em liminar para efetuar o pagamento destas contribuições na forma da legislação anterior.

Outros – Contra as controladas foram iniciadas ações, onde se questiona a classificação de determinados consumidores para efeito de tarifação. Não existem julgamentos quanto ao mérito do assunto, não sendo possível, no momento, determinar o desfecho final dessas ações e o efeito nas demonstrações financeiras, se houver.

23 – Outros

Curto Prazo	Consolidado	
	2002	2001
Consumidores e Concessionários	29.792	9.666
Adiantamentos	21.498	4.615
Juros sobre Empréstimo Compulsório	8.350	4.232
Encargo de Capacidade Emergencial - ECE	18.163	-
Outros	23.632	3.914
	<u>101.435</u>	<u>22.427</u>

Consumidores e Concessionárias: Com consumidores destacam-se as obrigações relativas a contas pagas em duplicidade e/ou ajustes de faturamento. As obrigações com concessionários estão relacionadas com contratos de mutuos.

Adiantamentos: Refere-se a adiantamentos realizados pelos consumidores para execução de obras e serviços.

Juros sobre Empréstimo Compulsório: Repasse de recursos oriundos da Eletrobrás aos consumidores industriais.

Encargo de Capacidade Emergencial: Refere-se ao encargo tarifário cobrado do consumidor, a ser repassado para a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE.



24 - Patrimônio Líquido

Todas as ações da Sociedade são de espécie ordinária, sem valor nominal, assim distribuídas em 31 de dezembro de 2002 e 2001:

Acionistas	Composição Acionária			
	2002		2001	
	Ações	Part. %	Ações	Part. %
VBC Participações S.A.	1.536.817.077	45,32%	24.458	45,31%
521 Participações S.A.	1.288.590.110	38,00%	20.508	37,99%
Bonaire Participações S.A.	565.591.248	16,68%	9.002	16,68%
Outros	12	0,00%	12	0,02%
Total	3.390.998.447	100,00%	53.980	100,00%

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 06 de agosto de 2002, os acionistas decidiram aumentar o capital social da Sociedade em R\$ 3.390.944, com a emissão 3.390.944 ações ordinárias, nominativas, com valor unitário de R\$ 1,00 (Um Real). As novas ações emitidas pela Sociedade foram integralmente subscritas e integralizadas pelos acionistas mediante à conferência de ações ordinárias e preferenciais que detinham de emissão da CPFL e CPFL Geração, avaliadas pelo valor contábil, em 30 de junho de 2002.

Os estatutos da Sociedade prevêem pagamento de dividendos mínimos aos acionistas calculados em 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei 6.404/76.

25 – Receita Operacional

Consumidores	Consolidado					
	Nº Consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Residencial	4.430.900	4.237.347	5.265.615	1.481.514	1.373.138	374.152
Industrial	79.489	75.340	10.550.297	2.617.009	1.429.460	371.765
Comercial	419.971	415.794	2.990.916	817.649	681.470	173.346
Rural	229.449	222.899	1.192.855	354.823	115.481	28.500
Poderes Públicos	33.372	32.187	433.885	128.631	91.679	23.439
Iluminação Pública	1.737	1.632	707.373	200.148	95.624	24.990
Serviço Público	5.145	4.958	858.237	254.716	123.667	32.942
Consumo Próprio	571	584	19.629	7.491	-	-
Fornecimento Faturado	5.200.634	4.990.741	22.018.807	5.861.981	3.910.519	1.029.134
Fornecimento Não Faturado (Líquido)					32.777	(4.235)
Recomposição Tarifária Extraordinária					74.133	218.066
Realização da Recomposição Tarifária					(148.878)	-
Encargos de Capacidade Emergencial					104.833	-
Fornecimento de Energia Elétrica					3.973.384	1.242.965
Suprimento de Energia Elétrica					280.767	29.761
Outras Receitas Operacionais					49.693	13.147
TOTAL					4.303.844	1.285.873

(*) Não Auditado



26 – Energia Comprada

	Consolidado			
	GWh (*)		R\$	
	2002	2001	2002	2001
Itaipu - Binacional	6.130	2.141	717.768	178.557
Furnas Centrais Elétricas S.A	6.531	1.974	357.942	92.196
CESP - Paraná	6.346	1.926	363.099	100.252
Tietê	2.234	732	123.866	36.876
Paranapanema	1.732	570	99.811	29.372
CPFL - Geração	701	702	22.922	7.040
EMAE	444	134	20.073	6.577
CEEE	389	112	16.969	2.931
CGTEE	293	90	15.960	3.247
Tractebel Energia	1.251	337	66.057	10.316
AES Uruguiana	464	136	41.494	6.533
Co-Geração	344	23	20.426	1.711
Energia Livre	-	-	(21.641)	64.674
Encargos do Serviço do Sistema	-	-	(21.513)	16.999
Outros	400	422	17.702	11.251
SOMA	27.259	9.299	1.840.935	568.532
Custos Diferidos - CVA	-	-	(245.948)	(38.592)
TOTAL	27.259	9.299	1.594.987	529.940

(*) Não Auditado

27 – Resultado Operacional

	Consolidado	
	2002	2001
Despesas com Vendas		
Pessoal	(16.882)	(5.393)
Entidade de Previdência Privada	(6.436)	(439)
Material	(888)	(266)
Serviços de Terceiros	(19.421)	(6.809)
Provisão para Devedores Duvidosos	(51.293)	(3.801)
Depreciação e Amortização	(6.716)	(1.783)
Outros	(3.420)	(5.085)
	(105.056)	(23.576)
Despesas Gerais e Administrativas		
Pessoal	(33.003)	(9.504)
Entidade de Previdência Privada	(1.729)	(546)
Material	(12.438)	(1.546)
Serviços de Terceiros	(64.770)	(18.654)
Depreciação e Amortização	(18.283)	(3.990)
Outros	(57.748)	(22.484)
	(187.971)	(56.724)
Outras Despesas Operacionais		
Taxa de Fiscalização	(4.598)	(1.786)
Pesquisa Eficiência Energética	(6.173)	-
Depreciação e Amortização	(531)	(396)
Outros Receitas (Despesas) Operacionais	(250)	(3.059)
	(11.552)	(5.241)
Amortização de Ágio por Incorporação	(222.824)	(72.472)
DESPESAS OPERACIONAIS	(527.403)	(158.013)



28 – Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicações Financeiras	1.265	11.086	43.777	20.214
Swap - Floating Rate Notes	-	-	52.780	29.789
Acréscimos Moratórios	-	-	19.022	6.718
Encargos CRC Repassados à CESP	-	-	-	1.232
Juros sobre Antecipação de IRPJ e CSSL	-	-	8.353	1.439
Renda de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	12.083	4.897
Atualizações Monetárias	1.728	971	118.425	38.626
Remuneração CVA	-	-	40.291	5.014
Reversão Atualização - HEDGE	-	-	173.249	-
Remuneração Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	96.633	-
Amortização de Deságio	1.283	524	1.283	524
Outras	-	182	14.502	4.314
	4.276	12.763	580.398	112.767
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Dívidas	(330.517)	(255.414)	(734.122)	(311.455)
Despesas Bancárias	(7.326)	(1.449)	(29.663)	(7.337)
Atualizações Monetárias	(15)	(960)	(877.553)	(117.230)
Swap - Floating Rate Notes	-	-	-	-
Amortização de Ágio	(71)	(22)	(96.870)	(17.795)
Amortização de Variação Cambial	-	-	-	-
Outras	(794)	-	(75.722)	(6.291)
	(338.723)	(257.845)	(1.813.930)	(460.108)
RESULTADO FINANCEIRO	(334.447)	(245.082)	(1.233.532)	(347.341)

29 – Transações com Partes Relacionadas

	Controladora					
	2002			2001		
	VBC	RGE	CPFL	CPFL Geração	CPFL	CPFL Geração
Ativo Circulante						
Coligadas, Controladas e Controladora (vide nota 3)	117	88	2.332	1.341	1.870	1.341
Realizável de Longo Prazo						
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (vide nota 12)	-	-	222.164	-	-	-
Passivo Circulante						
Coligadas, Controladas e Controladora	15	-	502	-	-	-

No consolidado, em 31 de dezembro 2002, o saldo a pagar no valor de R\$ 315.965, registrado no Exigível a Longo Prazo, está relacionado à obrigação da controlada CPFL Geração junto à controlada VBC Energia S.A., decorrente da aquisição da SEMESA.



30 – Instrumentos Financeiros

Considerando os termos da Instrução CVM 235/95, a Sociedade e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE RISCOS

Os negócios da Sociedade e suas controladas compreendem principalmente a distribuição, geração e comercialização de energia, sendo concessionárias de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como seguem:

Risco de Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de as controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívidas em moeda estrangeira. As controladas se protegem deste risco mediante contratação de operações de “hedge” / “swap” para que as dívidas estejam indexadas à variação de índices nacionais:

Floating Rate Notes

Do total da dívida financeira da controlada CPFL atrelada à variação do dólar norte-americano, que monta a R\$ 1.287.838, equivalentes a US\$ 300 milhões efetuaram-se as seguintes operações: A exposição relativa à emissão de Floating Rate Notes, no montante de R\$ 1.064.029, foi coberta através de operações financeiras de swap, o que proporcionou à CPFL trocar os riscos originais da operação (variação cambial + Libor + 2,95% a.a.) para o custo de 93,65% e 94,75% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), respectivamente, para as parcelas de US\$ 100 e US\$ 200 milhões.

Nos contratos de “swap”, de forma a não comprometer o limite de crédito da CPFL com o banco intermediador, foi instituída uma cláusula de “reset”. Através desse instrumento, as operações de swap são liquidadas integralmente quando as posições líquidas, trazidas a valor presente, ultrapassam um determinado percentual estabelecido no contrato. O resultado desse procedimento pode afetar o fluxo de caixa da CPFL, gerando ou requerendo recursos para cobertura das liquidações das posições de swap, nos momentos em que ocorre o “reset”.

Dívidas vencíveis em 2003

Em novembro de 2002, a CPFL efetuou a operação financeira “NDF” (Forward) onde foi possível prefixar o valor para os compromissos atrelados ao dólar norte-americano com previsão de pagamento para março de 2003. Em 31 de dezembro de 2002, esta operação financeira totalizava aproximadamente R\$ 82.000. Adicionalmente à referida operação, consideraram-se também os saldos ativos expostos à variação cambial, relacionados aos créditos a receber – CESP (vide nota n°. 7).

Compra de energia de Itaipu

As controladas CPFL e Piratininga e a controlada em conjunto RGE estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação é a CVA, conforme descrito na nota 2.

Exposição Cambial - RGE

A controlada em conjunto RGE tem contratado operações de “swap”, visando à proteção de sua exposição à moeda em US\$ para os passivos de curto e longo prazo decorrentes de contrato de financiamento “Trade Finance” da operação de adiantamento de pré-exportação efetuado pela sua subsidiária integral Sul Geradora Participações S.A. O instrumento financeiro cobre o risco da oscilação cambial da dívida.



Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no exterior. A controlada CPFL e a controlada em conjunto RGE têm pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco (vide "swap" relacionado a Floating Rate Notes comentado acima).

Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de as controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia e suas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à Escassez de Energia

O risco surge da possibilidade de as controladas virem a incorrer em perdas resultantes de dificuldades de geração de energia decorrente de escassez de água.

Segundo a avaliação do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não há riscos de escassez de energia elétrica para o próximo exercício.

VALORIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade e suas controladas em 31 de dezembro de 2002 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/ avaliação:

- a) Disponibilidades – Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial.
- b) Valores a receber e a pagar de energia – Estes créditos e débitos decorrem basicamente de transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia - MAE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas pelo MAE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data do balanço.
- c) Gerenciamento de Riscos - A CPFL, como empresa não financeira implantou um processo de Gestão de Riscos Financeiros. Este processo é estruturado nas atividades de mapeamento das exposições, mensuração e cálculo dos valores em riscos, avaliação e monitoramento das exposições e níveis de coberturas, e Testes de Stress.
- d) Empréstimos e Financiamentos – Estão avaliados conforme os critérios estipulados em contratos, de acordo com as características definidas na nota nº 16.
- e) Debêntures - As debêntures lançadas pela Sociedade e suas controladas não são negociadas no mercado. Estão avaliadas conforme os critérios estipulados quando de sua emissão, conforme características definidas na nota explicativa nº 17.
- f) Contratos de Swap/Hedge – Essas operações são realizadas com o objetivo de neutralizar os riscos da flutuação do câmbio, apresentando em 31 de dezembro de 2002, um saldo consolidado de R\$ 118.926 pelo critério de marcação a valor de mercado.

Os instrumentos financeiros consignados nas demonstrações financeiras nas diversas rubricas do ativo e passivo, estão registrados pelos seus valores de custo os quais se aproximam aos seus respectivos valores de mercado na data de encerramento das demonstrações financeiras.



31 – Eventos Subsequentes

CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE

Referida conta foi regulamentada através da Resolução ANEEL n.º 42 de 31 de janeiro de 2003, que atribui o recolhimento de cota mensal no valor de R\$ 11.729, no consolidado, para o exercício de 2003.

A CDE foi criada pela Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002, para promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos Sistemas Elétricos Interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

REPASSE DE ENERGIA LIVRE AOS GERADORES

A ANEEL, através da Resolução N° 89, de 25 de fevereiro de 2003, fixou para a CPFL e Piratininga, o percentual de 25,34% e 31,12%, respectivamente, a ser aplicado sobre o montante arrecadado mensalmente, a título de Recomposição Tarifária Extraordinária, e que deverá ser repassado para as empresas geradoras que tiveram despesas na compra de energia livre, conforme relação constante na Resolução ANEEL N° 36 de 29 de janeiro de 2003.

TRANSFERÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA – BAESA

Em 18 de março de 2003, a ANEEL através da Resolução n° 111/ANEEL/2003, anuiu com proposta de transferência de 25% da participação acionária da **BEGESA** - Barra Grande Energia S/A, no capital social da **BAESA** – Energética Barra Grande S/A.

Após a efetivação da transferência, a **BEGESA** - Barra Grande Energia S/A passará a deter 25% do capital social da **BAESA** – Energética Barra Grande S/A.



ANEXO I
Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001 (*)	2002	2001 (*)
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Prejuízo Líquido do Exercício	(696.063)	(232.870)	(696.063)	(232.870)
Participação de Acionistas não Controladores no Resultado	-	-	(16.839)	1.227
Despesa (Receitas) Que Não Afetam o Caixa :				
- Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	(185.196)	(96.444)
- Depreciação/Amortização	-	-	388.576	121.948
- Provisão para Devedores Duvidosos e Contingências	-	-	84.024	10.455
- Amortização do Ágio em Controlada	(1.213)	(502)	95.587	17.271
- Juros e Atualização de Longo Prazo	-	-	773.409	17.470
- Provisão Swap	-	-	(162.349)	5.966
- Equivalência Patrimonial	344.221	(7.887)	-	-
- Baixas do Imobilizado	-	-	13.351	2.521
- Provisão e Realização de Créditos Fiscais	-	-	(101.101)	(5.418)
- Outros	(6.181)	(14.223)	(6.759)	(11.581)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício Ajustado	(359.236)	(255.482)	186.640	(169.455)
Diminuição(Acréscimo) de Ativos Operacionais:				
- Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-	-	(17.400)	(101.031)
- Devedores Diversos	58	-	(59.066)	5.826
- Coligadas e Controladas ou Controladoras	(674)	-	9.714	-
- Títulos e Valores Mobiliários	-	148.463	52.157	165.860
- Tributos a Compensar	(2.319)	(4.469)	(85.006)	(11.089)
- Estoques	-	-	884	(643)
- Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	(222.164)	-	(14.643)	-
- Diferimento de Custos Tarifários	-	-	(276.980)	(59.969)
- Diferido	-	-	(24.024)	(3.662)
- Outros Ativos Operacionais	4.347	5.088	102.657	(11.064)
	(220.752)	149.082	(311.707)	(15.772)
Acréscimo(Diminuição) de Passivos Operacionais:				
- Fornecedores	71	-	37.961	40.224
- Tributos e Contribuições	(576)	247	8.434	28.792
- Folha de Pagamento/Participação nos Lucros	-	-	1.572	61
- Coligadas, Controladas e Controladoras	517	-	(30.574)	42.108
- Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	-	-	304	-
- Diferimento de Custos Tarifários	-	-	(37.743)	11.741
- Outros Passivos	-	3	(10.517)	15.805
	12	250	(30.563)	138.731
FLUXO DE CAIXA ANTES DOS INVESTIMENTOS	(579.976)	(106.150)	(155.630)	(46.496)
FLUXO DE CAIXA DE INVESTIMENTOS				
- Aquisição de Participação em Controladas	(3.390.967)	(19.385)	(2.215)	(212.590)
- Aporte de Capital em Controladas	-	-	3.534	-
- Aquisições de Imobilizado	-	-	(320.129)	(48.366)
- Contribuição e Doação do Consumidor	-	-	30.059	6.673
- Aumento/Redução de itens Incorporados/Excluídos ao Consolidado pela Aquisição/Perda de Participação em Controladas	-	-	35.764	(137.806)
- Dividendos Recebidos	161.958	54.305	-	54.305
- Integralização de Capital	3.390.944	-	1.288	33.218
- Aquisição de Ações Para Permanência em Tesouraria	163.632	35.533	(2.505)	(17.816)
	325.567	70.453	(254.204)	(322.382)
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL	(254.409)	(35.697)	(409.834)	(368.878)
FLUXO DE CAIXA DE FINANCIAMENTOS				
- Serviço da Dívida Líquido	232.319	9.474	550.418	337.848
- Empréstimos e Financiamentos	1.144.741	9.474	3.368.026	719.910
- Amortização /Juros	(912.422)	-	(2.817.608)	(376.927)
- Swap	-	-	-	(5.135)
- Dividendos e Juros sobre o Capital Pagos	-	-	(870)	(57.175)
	232.319	9.474	549.548	280.673
ACRÉSCIMO (REDUÇÃO) DE DISPONIBILIDADE NO EXERCÍCIO	(22.090)	(26.223)	139.714	(88.205)
DISPONIBILIDADE INICIAL	22.252	48.475	36.945	125.150
DISPONIBILIDADE FINAL	162	22.252	176.659	36.945

(*) Não Auditado



ANEXO II

Demonstrações dos Valores Adicionados Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001
(Em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
1 - Geração do Valor Adicionado				
Receita de Venda de Energia e Serviços	-	-	4.303.844	1.285.873
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(51.293)	(3.801)
Resultado Não Operacional	6.183	14.223	6.272	14.273
	<u>6.183</u>	<u>14.223</u>	<u>4.258.823</u>	<u>1.296.345</u>
(-) Insumos				
Custo de Energia Comprada	-	-	(1.809.875)	(598.521)
Serviços de Terceiros	(3.909)	(3.653)	(147.224)	(35.674)
Materiais	-	-	(26.103)	(5.325)
Outros Custos Operacionais	(19.669)	(6.245)	(259.306)	(102.606)
	<u>(23.578)</u>	<u>(9.898)</u>	<u>(2.242.508)</u>	<u>(742.126)</u>
2 - Valor Adicionado Bruto	<u>(17.395)</u>	<u>4.325</u>	<u>2.016.315</u>	<u>554.219</u>
Depreciações e Amortizações	-	-	(487.252)	(140.064)
3 - Valor Adicionado Líquido Gerado	<u>(17.395)</u>	<u>4.325</u>	<u>1.529.063</u>	<u>414.155</u>
Receitas Financeiras	4.276	12.763	580.398	112.767
Equivalência Patrimonial	(344.221)	7.887	-	-
Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	16.839	(1.227)
	<u>(339.945)</u>	<u>20.650</u>	<u>597.237</u>	<u>111.540</u>
4 - Valor Adicionado a Distribuir	<u>(357.340)</u>	<u>24.975</u>	<u>2.126.300</u>	<u>525.695</u>
5 - Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	-	-	207.343	50.984
Governo	-	-	897.960	265.268
Financiadores	338.723	257.845	1.717.060	442.313
Acionistas	(696.063)	(232.870)	(696.063)	(232.870)
	<u>(357.340)</u>	<u>24.975</u>	<u>2.126.300</u>	<u>525.695</u>



Diretoria:

Wilson Pinto Ferreira Júnior - Diretor Presidente

Reni Antonio da Silva - Diretor Vice Presidente de Estratégia e Regulação

Lauro Henrique Campos Rezende - Diretor Vice Presidente Financeiro

Paulo Cezar Coelho Tavares - Diretor Vice Presidente de Gestão de Energia

Hélio Viana Pereira - Diretor Vice Presidente de Distribuição

Miguel Normando Abdalla Saad - Diretor Vice Presidente de Geração

Conselho de Administração:

Carlos Ermírio de Moraes - Presidente

Otávio Carneiro de Rezende

Raphael Antonio Nogueira de Freitas

Luiz Maurício Leuzinger

Mário da Silveira Teixeira Júnior

Arlindo Magno de Oliveira

Valéria Maria de Paula Rezende

Renato Luiz Belinetti Naegele

Francisco Caprino Neto

Carlos Alberto Cardoso Moreira

Martin Roberto Glogowsky

Antonio Audelino Corrêa Filho

Diretoria de Contabilidade:

Antônio Carlos Bassalo

Diretor de Contabilidade

CRC 1SP085131/O-8



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
CPFL Energia S.A.
Campinas - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da CPFL Energia S.A. e controladas (controladora e consolidado), levantados em 31 de dezembro de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da controlada indireta em conjunto Rio Grande Energia S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002, cujos ativos totais e prejuízo para o exercício findo naquela data representam 10,4% e 9,7% do total consolidado da Sociedade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 7 de fevereiro de 2003, contendo ressalva quanto ao diferimento de variações cambiais passivas líquidas. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores dessa controlada incluídos nas demonstrações consolidadas e aos investimentos registrados pela equivalência patrimonial nas demonstrações individuais da controladora, está baseada exclusivamente no parecer desses auditores.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Conforme descrito na nota explicativa nº. 14 às demonstrações financeiras, a controlada Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL e a controlada indireta Rio Grande Energia S.A., exercendo permissão contida nas Deliberações CVM nºs. 404 e 409, de 27 de setembro e 1º de novembro de 2001, respectivamente, registraram em conta do ativo diferido o resultado da perda cambial líquida apurada durante o exercício de 2001. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que as variações cambiais sejam registradas no resultado do período em que ocorrem. Conseqüentemente, em decorrência do critério adotado pelas controladas da Sociedade, em 31 de dezembro de 2002 o ativo diferido consolidado está aumentado em R\$ 28.340 mil; os investimentos nas controladas e o patrimônio líquido estão aumentados em R\$ 24.988 mil, já líquidos dos efeitos fiscais correspondentes, o prejuízo do exercício da controladora está aumentado em R\$ 19.098 mil e o prejuízo do exercício consolidado está aumentado em R\$ 19.978 mil.
4. Em nossa opinião, baseada em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, exceto pelo efeito do assunto comentado no parágrafo 3 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Energia S.A. e controladas (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



5. As informações suplementares contidas nos Anexos I e II, referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2002, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
6. Conforme detalhado nas notas explicativas nº. 2, 3 e 15 às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2002, as controladas têm registrado, no ativo circulante, valores a receber no montante de R\$ 400.039 mil e no passivo circulante, valores a pagar no montante de R\$ 103.947 mil relativos a transações de venda e compra de energia realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE. Esses valores podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor.

A liquidação financeira desses valores, programada para 22 de novembro de 2002, foi postergada em razão de novo acordo entre as empresas do setor e o governo. Durante 2003 e até a data deste parecer, as controladas receberam o montante líquido de R\$ 92.611 mil relacionados a esses ativos e passivos. O sucesso dessa negociação e liquidação depende da capacidade financeira das empresas do setor em honrar seus compromissos.

7. Em 21 de dezembro de 2001, foi editada a Medida Provisória nº. 14, convertida na Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, disciplinando, entre outros assuntos, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das empresas distribuidoras e geradoras de energia elétrica, garantido nos contratos de concessão. As informações detalhadas e os impactos sobre a situação patrimonial e financeira e no resultado das operações das controladas relativos ao Acordo Geral do Setor Elétrico estão divulgados na nota explicativa nº. 2 às demonstrações financeiras consolidadas.
8. As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, bem como as informações suplementares contidas no Anexo II, preparadas para o exercício findo naquela data, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer de auditoria, em 17 de março de 2003, com ressalva similar ao assunto comentado no parágrafo 3 e contendo parágrafo de ênfase relacionado ao fato de que (i) a controlada Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL e as controladas indiretas Companhia Piratininga de Força e Luz e Rio Grande Energia S.A. registraram em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2001 ativos e passivos relacionados à comercialização de energia livre, com base em dados preliminares fornecidos pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE; e (ii) adicionalmente, registraram contas a receber relacionadas à recomposição tarifária para o período de racionamento, bem como diferimento relativo à variação de valores da Parcela “A” (CVA) decorrentes da aplicação da Medida Provisória 14, Resolução 90 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Resolução 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE. Informações sobre a realização desses ativos e liquidação dos passivos após 31 de dezembro de 2001 estão detalhadas nas notas explicativas nºs. 2 e 3 às demonstrações financeiras.



São Paulo, 20 de março de 2003

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8

Maurício Pires de Andrade Resende
Contador
CRC n° 1 MG 049699/S-9